



HOSPITAL DE
CLÍNICAS
PORTO ALEGRE RS

EDITAL Nº 03/2022 DE PROCESSOS SELETIVOS (PS)

Cargos de Nível Superior

PS 12 - FONOAUDIÓLOGO I (Disfagia)

PS 13 - FONOAUDIÓLOGO I (Fonoterapia)

PS 14 - MÉDICO I (Clínico: Medicina Ocupacional)

PS 15 - MÉDICO I (Hepiatria)

PS 16 - MÉDICO I (Neurocirurgia)

PS 17 - MÉDICO I (Nutrologia)

PS 18 - MÉDICO I (Tratamento da Dor e Medicina Paliativa)

Cargos de Nível Médio

PS 19 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM (Cuidados Coronarianos)

PS 20 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO II (Técnico de Eletrônica)

PS 21 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Sistemas Mecânicos da Central Térmica)

PS 22 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Técnico de Equipamentos Eletromédicos)

SOBRE O HCPA

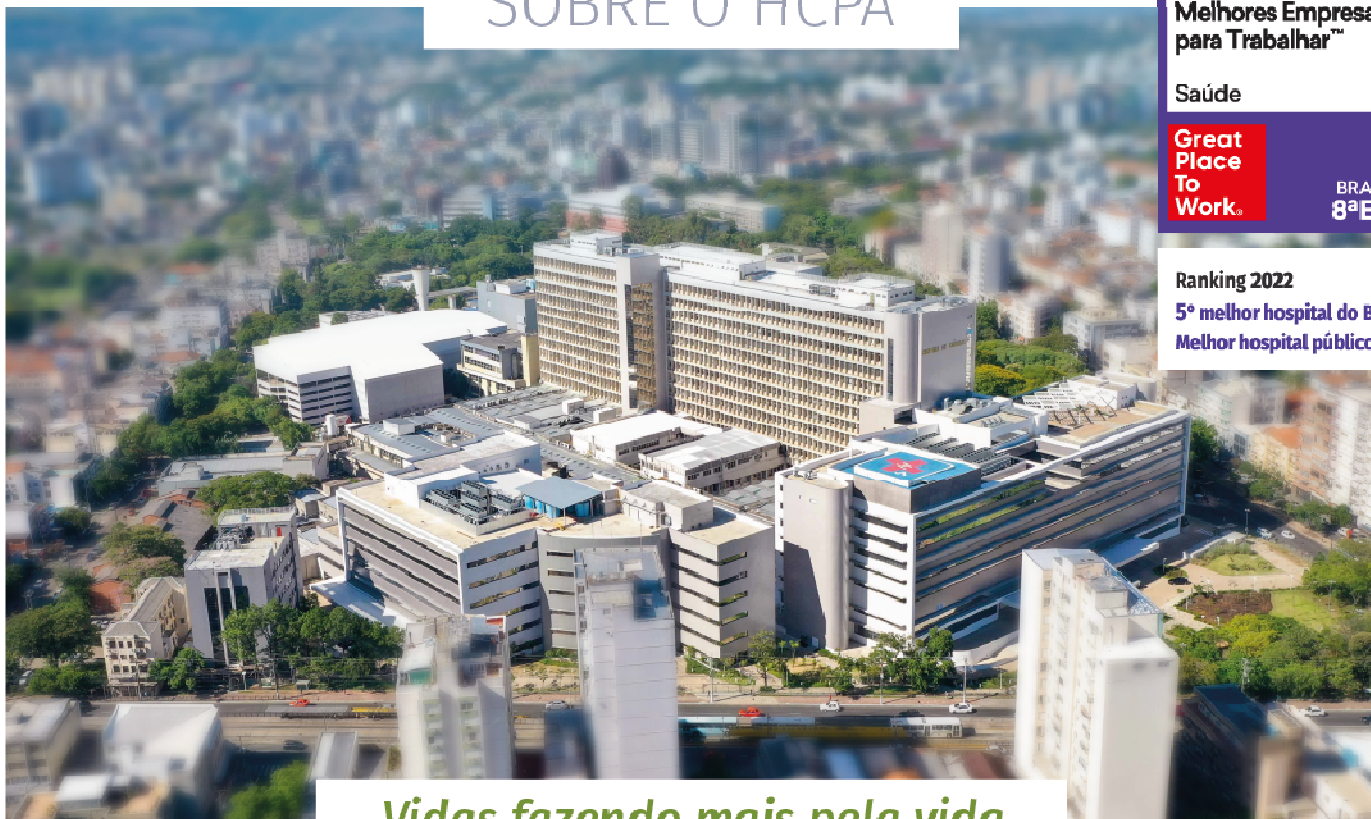
Melhores Empresas
para Trabalhar™

Saúde

Great
Place
To
Work.

BRASIL
8ª Ed.

Ranking 2022
5º melhor hospital do Brasil
Melhor hospital público



Vidas fazendo mais pela vida
é o nosso propósito

O HCPA é um hospital público e universitário com reconhecida atuação em assistência, ensino e pesquisa. Valorizamos e buscamos profissionais com conhecimentos, atitudes e habilidades que sejam compatíveis com as ocupações de que dispomos e que queiram fazer a diferença na vida das pessoas através de seu trabalho.

NOSSA MISSÃO

Prestar assistência humanizada e de excelência, gerar conhecimento e inovação e formar pessoas comprometidas com nossos valores.

NOSSOS VALORES

Respeito à pessoa
Competência técnica
Trabalho em equipe
Comprometimento institucional
Austeridade e Integridade
Responsabilidade social
Transparência

Prof.ª Nadine Oliveira Clausell
Diretora-Presidente



Conheça nosso
**Código de Conduta
e Integridade**

CRONOGRAMA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSOS SELETIVOS

Processos Seletivos: PS 12 - FONOAUDIÓLOGO I (Disfagia); PS 13 - FONOAUDIÓLOGO I (Fonoterapia); PS 14 - MÉDICO I (Clínico: Medicina Ocupacional); PS 15 - MÉDICO I (Hebiatra); PS 16 - MÉDICO I (Neurocirurgia); PS 17 - MÉDICO I (Nutrologia); PS 18 - MÉDICO I (Tratamento da Dor e Medicina Paliativa); PS 19 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM (Cuidados Coronarianos); PS 20 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO II (Técnico de Eletrônica); PS 21 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Sistemas Mecânicos da Central Térmica); PS 22 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Técnico de Equipamentos Eletromédicos).

DATA	EVENTO
25/07 a 22/08/22	Período para realização de inscrições, exclusivamente pela <i>internet</i>
25/07 a 22/08/22	Período para solicitação de Atendimento Especial para a realização da Prova Escrita
25/07 a 01/08/22	Período para solicitação de isenção da Taxa de Inscrição
08/08/22	Divulgação do resultado da solicitação de isenção da Taxa de Inscrição
09 e 10/08/22	Período de recursos quanto ao resultado da solicitação de isenção da Taxa de Inscrição
19/08/22	Divulgação do resultado dos recursos da solicitação de isenção da Taxa de Inscrição
23/08/22	Último dia para pagamento da Taxa de Inscrição
09/09/22	Divulgação das Bancas Examinadoras e da Relação Preliminar das Inscrições Homologadas
12 e 13/09/22	Período de recursos quanto às Bancas Examinadoras e quanto a não Homologação Preliminar das Inscrições
19/09/22	Divulgação dos locais de provas, do resultado dos recursos de Bancas Examinadoras e Homologação Preliminar das Inscrições
*	Divulgação das Solicitações de Atendimento Especial
25/09/22	Data Provável da Aplicação da Prova Escrita
26/09/22	Divulgação dos gabaritos preliminares da Prova Escrita
27 e 28/09/22	Período de recursos quanto a gabaritos preliminares da Prova Escrita
*	Divulgação do resultado preliminar (**) da Prova Escrita, dos gabaritos após recursos e do resultado dos recursos de gabaritos
*	Período de recursos quanto ao resultado preliminar da Prova Escrita (folhas ópticas)
*	Período para o envio de Atestado Médico de candidatos inscritos na condição de Pessoa com Deficiência (PcD), aprovados na Prova Escrita
*	Divulgação da análise dos Atestados Médicos dos candidatos inscritos na condição de Pessoa com Deficiência (PcD), aprovados na Prova Escrita
*	Período de recursos quanto à análise dos Atestados Médicos dos candidatos inscritos na condição de Pessoa com Deficiência (PcD), aprovados na Prova Escrita
*	Divulgação do resultado dos recursos quanto à análise dos Atestados Médicos dos candidatos inscritos na condição de Pessoa com Deficiência (PcD), aprovados na Prova Escrita
*	Divulgação do resultado da Prova Escrita após recursos e do resultado dos recursos (Folhas Ópticas)

DATA	EVENTO
*	Convocação para avaliação da veracidade da autodeclaração como Pessoa Autodeclarada Negra (preta ou parda)
*	Realização da avaliação da veracidade da autodeclaração como Pessoa Autodeclarada Negra (preta ou parda)
*	Divulgação do resultado preliminar (**) da avaliação da veracidade da autodeclaração como Pessoa Autodeclarada Negra (preta ou parda)
*	Período de recursos quanto ao resultado preliminar da avaliação da veracidade da autodeclaração como Pessoa Autodeclarada Negra (preta ou parda)
*	Divulgação do resultado final da avaliação da veracidade da autodeclaração como Pessoa Autodeclarada Negra (preta ou parda)
*	Divulgação da listagem dos Candidatos Selecionados para a Prova de Títulos
*	Realização da Prova de Títulos
*	Divulgação do resultado preliminar (**) da Prova de Títulos
*	Período de recursos quanto ao resultado preliminar da Prova de Títulos
*	Divulgação do resultado da Prova de Títulos após recursos e do resultado dos recursos
*	Convocação para a Prova Prática do PS 20 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO II (Técnico de Eletrônica); PS 21 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Sistemas Mecânicos da Central Térmica); PS 22 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Técnico de Equipamentos Eletromédicos).
*	Realização da Prova Prática do PS 20 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO II (Técnico de Eletrônica); PS 21 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Sistemas Mecânicos da Central Térmica); PS 22 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Técnico de Equipamentos Eletromédicos).
*	Divulgação do resultado preliminar (**) da Prova Prática do PS 20 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO II (Técnico de Eletrônica); PS 21 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Sistemas Mecânicos da Central Térmica); PS 22 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Técnico de Equipamentos Eletromédicos).
*	Período de recursos quanto ao resultado preliminar da Prova Prática do PS 20 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO II (Técnico de Eletrônica); PS 21 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Sistemas Mecânicos da Central Térmica); PS 22 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Técnico de Equipamentos Eletromédicos).
*	Divulgação do Resultado da Prova Prática após recursos e do resultado dos recursos do PS 20 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO II (Técnico de Eletrônica); PS 21 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Sistemas Mecânicos da Central Térmica); PS 22 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Técnico de Equipamentos Eletromédicos).
*	Divulgação da classificação preliminar e convocação para realização de sorteio público (em caso de empate na classificação)
*	Realização do sorteio público (em caso de empate na classificação)
*	Divulgação da classificação final

(*) A definir.

(**) Poderá haver alteração no resultado, conforme recurso(s) interposto(s) provido(s).

Obs.: Todas as divulgações previstas no cronograma acima são disponibilizadas no *site* da FAURGS, <http://portalfaurgs.com.br/concursos>, após as 17h.

EDITAL Nº 03/2022 DE PROCESSOS SELETIVOS

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) torna pública a realização dos Processos Seletivos acima citados, de acordo com o extrato de divulgação de abertura de inscrições deste Edital, publicado no Diário Oficial da União e na imprensa local em **22/07/2022**. Os Processos Seletivos reger-se-ão por instruções contidas neste Edital e serão executados em conjunto com a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS).

1 DAS OCUPAÇÕES/FUNÇÕES

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR:

Nº	PROCESSO SELETIVO	C. H. MENSAL	SALÁRIO INICIAL* (R\$)	VAGA(S)**	PRÉ-REQUISITO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES
12	Fonoaudiólogo I (Disfagia)	180	6.666,95 por mês	C.R.	Graduação em Fonoaudiologia, com registro no Conselho Regional de Fonoaudiologia.	Atuar em prevenção, avaliação e habilitação e reabilitação fonoaudiológica na área de disfagia, de forma a integrar as atividades de assistência, ensino e pesquisa junto à equipe multidisciplinar do Hospital de Clínicas.
13	Fonoaudiólogo I (Fonoterapia)	180	6.666,95 por mês	C.R.	Graduação em Fonoaudiologia, com registro no Conselho Regional de Fonoaudiologia.	Atuar na prevenção, avaliação e terapia (habilitação e reabilitação) fonoaudiológica nas áreas de audição, de linguagem oral e escrita e de motricidade orofacial, utilizando conhecimentos da fonoaudiologia e áreas afins, de forma a integrar as atividades de assistência, ensino e pesquisa junto à equipe multidisciplinar do Hospital de Clínicas.
14	Médico I (Clínico: Medicina Ocupacional)	150	61,00 por hora	C.R.	Graduação em Medicina, com registro no Conselho Regional de Medicina, e - Residência Médica em Clínica Médica, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica, ou - Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica.	Prestar atendimento ambulatorial aos funcionários do Hospital e participar de programas de prevenção e promoção de saúde, de forma a integrar as atividades de assistência, ensino e pesquisa junto à equipe multidisciplinar do Hospital de Clínicas.
15	Médico I (Hebiatra)	150	61,00 por hora	C.R.	Graduação em Medicina, com registro no Conselho Regional de Medicina, e - Residência Médica em Pediatria, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica.	Realizar atendimento clínico de pacientes adolescentes, tanto no âmbito ambulatorial como de internação hospitalar, por meio de consultas, acompanhamento em enfermaria ou plantões, assumindo manejo clínico, diagnóstico e terapêutico, incluindo atenção aos familiares e preceptorial de médicos residentes e alunos, de forma a integrar as atividades de assistência, ensino e pesquisa junto à equipe multidisciplinar do Hospital de Clínicas.
16	Médico I (Neurocirurgia)	150	61,00 por hora	C.R.	Graduação em Medicina, com registro no Conselho Regional de Medicina, e - Residência Médica em Neurocirurgia, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica, ou Título de Especialista em Neurocirurgia, fornecido pela Sociedade Brasileira de Neurocirurgia.	Prestar atendimento neurocirúrgico aos pacientes do HCPA, de forma a integrar as atividades de assistência, ensino e pesquisa junto à equipe multidisciplinar do Hospital de Clínicas.

Nº	PROCESSO SELETIVO	C. H. MENSAL	SALÁRIO INICIAL* (R\$)	VAGA(S)**	PRÉ-REQUISITO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES
17	Médico I (Nutrologia)	150	61,00 por hora	C.R.	Graduação em Medicina, com registro no Conselho Regional de Medicina, e - Residência Médica em Clínica Médica (Medicina Interna), ou Cirurgia Geral, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica, e - Residência Médica em Nutrologia, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica, ou Título de Especialista em Nutrologia, fornecido pela Associação Brasileira de Nutrologia, ou Título de Especialista em Terapia Nutricional Parenteral e Enteral, fornecido pela Sociedade Brasileira de Terapia Nutricional Parenteral e Enteral.	Prestar assistência médica (internação, ambulatório e consultoria) aos pacientes que necessitam de terapia nutricional. Participar e organizar atividades do Serviço de Nutrologia, de forma a integrar as atividades de assistência, ensino e pesquisa junto à equipe multidisciplinar do Hospital de Clínicas.
18	Médico I (Tratamento da Dor e Medicina Paliativa)	150	61,00 por hora	C.R.	Graduação em Medicina, com registro no Conselho Regional de Medicina, e - Residência Médica com Área de Atuação em Dor e/ ou Medicina Paliativa, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica, ou Certificado de Área de Atuação em Medicina da Dor e/ou Medicina Paliativa, fornecido pela Associação Médica Brasileira.	Prestar assistência médica aos pacientes ambulatoriais e internados do Serviço de Tratamento de Dor e Medicina Paliativa, bem como prestar consultorias para as outras especialidades, aplicar técnicas terapêuticas farmacológicas e não farmacológicas, de forma a integrar as atividades de assistência, ensino e pesquisa junto à equipe multidisciplinar do Hospital de Clínicas.

Obs.: Os candidatos aprovados nos Processos Seletivos de Médico I deverão estar com as especialidades médicas e as áreas de atuação registradas junto ao Conselho Regional de Medicina.

* Valor inicial de classe. Cada classe possui dez (10) níveis salariais, sendo o primeiro para admissão e os demais para progressão horizontal que, de forma alternada, possibilitam ao funcionário concorrer anualmente por merecimento ou antiguidade, mediante critérios específicos. Há também a progressão vertical com a possibilidade de crescimento a uma classe salarial superior dentro de sua carreira, a partir de critérios de elegibilidade determinados. Em ambos os casos, além do atendimento aos critérios específicos de cada processo, as progressões estão condicionadas à disponibilidade orçamentária. Observe o subitem 12.11 deste Edital.

** C.R. = Cadastro de Reserva. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo formarão um Cadastro de Reserva de candidatos cuja contratação estará condicionada à existência e/ou criação de vagas no prazo de validade do Processo Seletivo. A classificação do último candidato admitido nos cargos do HCPA, nos últimos cinco (5) anos, encontra-se em "Listagem de Chamadas de Candidatos para os Cargos do HCPA", disponível em: <https://www.hcpa.edu.br/venha-para-o-hcpa-concursos-subm>.

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO:

Nº	PROCESSO SELETIVO	C. H. MENSAL	SALÁRIO INICIAL* (R\$)	VAGA(S)**	PRÉ-REQUISITO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES
19	Técnico de Enfermagem (Cuidados Coronarianos)	180	3.841,14 por mês	C.R.	Curso Técnico em Enfermagem, com registro no Conselho Regional de Enfermagem.	Realizar ações de enfermagem na perspectiva da integralidade do cuidado aos pacientes críticos, acometidos por doença cardiovascular, e sua respectiva família, sob a supervisão do enfermeiro. Executar atividades de assistência aos pacientes que necessitam de exames cardiológicos não invasivos.
20	Técnico de Manutenção II (Técnico de Eletrônica)	200	4.267,94 por mês	C.R.	Ensino Médio completo, e - Curso Técnico em Eletrônica ou Eletroeletrônica, com registro no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT).	Executar o recebimento, a instalação, a manutenção (corretiva e preventiva) de equipamentos eletrônicos gerais, atuando de forma planejada e integrada com as demais equipes do Hospital, para manter parque de equipamentos operacional, a qualidade e a segurança nos serviços prestados.

Nº	PROCESSO SELETIVO	C. H. MENSAL	SALÁRIO INICIAL* (R\$)	VAGA(S) **	PRÉ-REQUISITO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES
21	Técnico de Manutenção III (Sistemas Mecânicos da Central Térmica)	200	5.291,51 por mês	C.R.	Ensino Médio completo, e - Curso Técnico em: Automação Industrial ou Eletromecânica ou Eletrotécnica ou Fabricação Mecânica ou Mecânica ou Mecânica de Precisão ou Mecatrônica ou Metalurgia ou Metrologia ou Soldagem, expedido por instituição de ensino, reconhecida pelo Ministério da Educação, Secretarias ou Conselhos Estaduais de Educação, e - Registro profissional junto ao respectivo Conselho de Classe.	Atuar na operação do sistema de geração e distribuição de vapor e manutenção preventiva e corretiva dos sistemas mecânicos da Central Térmica, das instalações, incluindo dos anexos do HCPA, visando continuidade, melhoria e modernização do atendimento prestado às áreas clientes, de forma proativa e integrada com a equipe.
22	Técnico de Manutenção III (Técnico de Equipamentos Eletromédicos)	200	5.291,51 por mês	C.R.	Ensino Médio completo, e - Curso Técnico em Eletrônica ou Eletroeletrônica, com registro no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT).	Executar o recebimento, a instalação, a manutenção (corretiva e preventiva), prestar pronto atendimento nas áreas cirúrgicas em equipamentos médicos-assistenciais e de apoio, realizando consultoria técnica e atuando de forma planejada e integrada com as demais equipes do Hospital, para manter o parque de equipamentos operacional, a qualidade e a segurança nos serviços prestados.

* Valor inicial de classe. Cada classe possui 14 (quatorze) níveis salariais, sendo o primeiro para admissão e os demais para progressão horizontal que, de forma alternada, possibilitam ao funcionário concorrer anualmente por merecimento ou antiguidade, mediante critérios específicos. Há também a progressão vertical com a possibilidade de crescimento a uma classe salarial superior dentro de sua carreira, a partir de critérios de elegibilidade determinados. Em ambos os casos, além do atendimento aos critérios específicos de cada processo, as progressões estão condicionadas à disponibilidade orçamentária. Observe o subitem 12.11 deste Edital.

** C.R. = Cadastro de Reserva. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo formarão um Cadastro de Reserva de candidatos cuja contratação estará condicionada à existência e/ou criação de vagas no prazo de validade do Processo Seletivo. A classificação do último candidato admitido nos cargos do HCPA, nos últimos cinco (5) anos, encontra-se em “Listagem de Chamadas de Candidatos para os Cargos do HCPA”, disponível em: <https://www.hcpa.edu.br/venha-para-o-hcpa-concursos-subm>.

2 DOS BENEFÍCIOS

2.1 Os principais benefícios, opcionais, oferecidos são: plano de previdência complementar, seguro de vida em grupo, vale-alimentação, refeitório, creche, estacionamento e academia de ginástica.

3 DA DIVULGAÇÃO

3.1 A divulgação oficial do inteiro teor deste Edital e as divulgações complementares referentes a datas, horários e locais de realização de etapas do Processo Seletivo, Banca Examinadora, resultados, bem como comunicados, informativos e avisos, dar-se-ão pela *Internet*, no site <http://portalfaurgs.com.br/concursos>.

3.2 Não serão encaminhados informativos por *e-mail* ou via postal para endereço de domicílio de candidatos. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das divulgações e publicações dos procedimentos e dos atos deste Processo Seletivo Público.

3.3 Os horários referidos neste Edital seguirão o horário de Brasília.

4 DA INSCRIÇÃO

4.1 As inscrições para os Processos Seletivos de que trata o presente Edital deverão ser efetuadas no período previsto no Cronograma deste Edital, **exclusivamente via Internet, através do site <http://portalfaurgs.com.br/concursos>**.

4.1.1 Fica assegurada a possibilidade de uso do Nome Social durante o Processo seletivo.

4.1.2 Para inclusão do Nome Social nas listas de chamada e nas demais publicações referentes ao Processo Seletivo, o(a) candidato(a) deve preencher no Requerimento Eletrônico de Inscrição (conforme subitem 4.4 deste Edital) e enviar durante o período de inscrições, por meio do endereço eletrônico faurgs.concursosdocumentos@ufurgs.br, a Carteira de Nome Social ou Declaração explicitando o uso do Nome Social, datada e assinada pelo próprio candidato. Observação: no campo “Assunto”, o candidato deverá especificar ‘Nome Social’, seu nome completo e o número de sua inscrição. Os documentos de uso administrativo interno conterão tanto o nome social quanto o nome civil, sempre com destaque para o primeiro.

4.2 A inscrição implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital de Abertura e no Requerimento de Inscrição Eletrônico, o qual é parte integrante do referido Edital, não podendo aquele, portanto, alegar desconhecimento.

- 4.3 Ao realizar sua inscrição, o candidato torna-se ciente de que, para fins de transparência e publicidade, seu nome, classificação, pontuação e demais dados referentes às suas provas serão divulgados publicamente, na forma acima, com o que deverá estar de pleno acordo. Não será possível a exclusão de tais dados das listagens publicadas.
- 4.4 **Procedimentos para Inscrição via Internet:**
- 4.4.1 O candidato deverá acessar o *link* de inscrição, disponibilizado no **site da FAURGS**, durante o período de inscrição, preencher o Requerimento de Inscrição Eletrônico, conferir seus dados, gerar o boleto bancário, que será emitido em nome do requerente, para pagamento da taxa de inscrição, em qualquer agência bancária, **impreterivelmente até o dia 23/08/2022**, conforme Cronograma deste Edital. Para a realização da inscrição, o documento oficial de identificação informado pelo candidato deverá conter fotografia atualizada e sua assinatura, devendo, preferencialmente, ser o mesmo documento apresentado no momento da realização da prova, de acordo com subitem 4.5.
- 4.4.2 O candidato é responsável por conhecer e respeitar o horário bancário (com relação ao processamento de pagamentos) onde for efetuado o pagamento da Taxa de Inscrição, quer seja pelo modo presencial (agências bancárias), quer seja pelo modo virtual (internet ou caixas eletrônicos). **Pagamentos realizados no último dia de vencimento do boleto bancário, que estejam em desacordo com o referido horário e que resultem em processamento em data posterior a 23/08/2022, ensejarão a não homologação da inscrição. Em nenhuma hipótese será processada inscrição cujo pagamento tenha sido efetuado em data posterior à prevista neste Edital.**
- 4.5 **Os documentos, com fotografia atualizada e válidos, a serem aceitos para inscrição e identificação de candidato no dia de realização da Prova Escrita, são:** a) carteiras expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública – Instituto de Identificação, pela Polícia Federal, pelos Comandos Militares, pela Polícia Militar e pelos órgãos ou conselhos fiscalizadores de exercício profissional; b) Certificado de Reservista; c) Carteira de Trabalho; d) Passaporte; e) Carteira Nacional de Habilitação (somente modelo expedido na forma da Lei nº 9.503/97), todos com fotografia. O documento **deverá estar em perfeitas condições (sem avarias e em condições de identificação)**, de forma a permitir, inequivocamente, nos termos da legislação vigente, a identificação do candidato. **Não serão aceitos nenhum tipo de documento eletrônico ou cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.**
- 4.5.1 Os valores da Taxa de Inscrição são os seguintes:
R\$ 117,00 (cento e dezessete reais) - Nível Superior;
R\$ 69,00 (sessenta e nove reais) - Nível Médio.
- 4.5.2 O candidato terá sua inscrição provisória aceita somente quando a FAURGS receber da instituição bancária responsável a confirmação de pagamento de sua Taxa de Inscrição. **A FAURGS e o HCPA não se responsabilizam por inscrições ou pagamentos não efetivados devido ao horário bancário, por motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.** O descumprimento das instruções acima implicará a não efetivação da inscrição. **É de inteira responsabilidade do candidato a conferência dos números do código de barras quando digitados por ele ou por terceiros.** Considerando que todo o procedimento é realizado por meio eletrônico, o candidato não deverá remeter à FAURGS cópia de sua documentação. As inscrições pagas com cheques sem a devida provisão de fundos serão automaticamente canceladas. **Não haverá devolução de taxa paga**, mesmo que o candidato, por qualquer motivo, não tenha a sua inscrição homologada, salvo se for anulada a realização do Processo Seletivo.
- 4.5.3 O ato de inscrição produzirá eficácia somente com sua homologação.
- 4.5.4 **Para fins de homologação de inscrição, será considerada a última inscrição realizada e efetivamente paga pelo candidato.**
- 4.5.5 O candidato só poderá se inscrever em um único Processo Seletivo constante neste Edital.
- 4.5.6 O candidato deverá guardar seu Requerimento de Inscrição e comprovante de pagamento da Taxa de Inscrição, uma vez que, para obter qualquer informação sobre o Processo Seletivo, deverá indicar o seu número de inscrição, que consta nestes documentos, sendo garantia de sua inscrição no Processo Seletivo.
- 4.5.7 Não serão aceitas inscrições por *e-mail* ou por outras formas diferentes das previstas pelo item 4 deste Edital, mesmo dentro do prazo de inscrição.
- 4.5.8 **O candidato é responsável pelas informações prestadas no Requerimento de Inscrição Eletrônico, arcando com as consequências de eventuais erros e/ou falhas de não preenchimento de qualquer campo desse documento.**
- 4.5.9 **A relação dos inscritos, contendo número de inscrição e os locais de prova, será divulgada no site da FAURGS, conforme previsto no Cronograma deste Edital.**
- 4.5.10 **Para solicitação de atendimento e/ou condição especial, para a realização da prova, o candidato deverá preencher o requerimento específico, conforme modelo do Anexo II, e enviá-lo até 22/08/2022 para o endereço eletrônico faurgs.concursosdocumentos@ufrgs.br, anexando cópia digitalizada de Atestado Médico que especifique e comprove suas necessidades. Observação:** No campo “Assunto” do endereço eletrônico, o candidato deverá inserir “Atendimento Especial”, seu nome completo e o número de sua inscrição.
- 4.5.11 **A candidata que tiver de amamentar durante a realização da prova deverá fazer sua solicitação conforme o disposto no subitem 4.5.10 deste Edital. Deverá, também, levar um acompanhante, que se identificará e ficará em local designado pela FAURGS, para ser responsável pela guarda da criança. A amamentação será concedida**

somente para filhos de até seis (6) meses de idade, mediante apresentação da Certidão de Nascimento, conforme a Lei nº 13.872, de 17/09/19.

- 4.5.12 As solicitações de atendimento e/ou condição especial serão avaliadas e autorizadas pela FAURGS, levando em consideração as possibilidades, a razoabilidade do pedido e as disposições deste Edital.
- 4.5.13 O candidato deverá verificar a resposta de seu pedido de atendimento e/ou condição especial, bem como o tipo de atendimento concedido, no *site* <http://portalfaurgs.com.br/concursos>.
- 4.6 Inscrição para candidatos na condição de Pessoa com Deficiência:**
- 4.6.1 Considera-se Pessoa com Deficiência o candidato que se enquadrar nas categorias discriminadas no Art. 4º, do Decreto nº 3.298/99, publicado no DOU em 21/12/99.
- 4.6.2 Ao candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência é assegurado o direito de inscrição nos presentes Processos Seletivos, em igualdade de condições com os demais candidatos, desde que cumpra as exigências deste Edital, e que a deficiência de que é portador seja compatível com as atribuições da respectiva ocupação/função.
- 4.6.3 **O candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência, aprovado na Prova Escrita, deverá enviar obrigatoriamente**, para o endereço eletrônico faurgs.concursosdocumentos@ufrgs.br, no prazo a ser divulgado posteriormente no *site* da FAURGS:
- **o Atestado Médico, digitalizado**, comprovando a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID. Este deverá conter ainda, obrigatoriamente, o nome, a assinatura, a data e o número do CRM do Médico, com a indicação da provável causa da deficiência, emitido com data a contar de **25/07/2021**;
 - **Documento de Identificação e CPF, digitalizados;**
 - **e o requerimento específico preenchido, conforme modelo do Anexo I.**
- 4.6.4 O Hospital de Clínicas de Porto Alegre avaliará, por meio de exame médico, se a deficiência apresentada pelo candidato se enquadra nos termos do Decreto nº 3.298/99, e em data anterior à homologação da classificação final, sem prejuízo do disposto no subitem 4.6.2 deste Edital. No momento da avaliação médica, os candidatos deverão, obrigatoriamente, entregar os originais, ou cópias autenticadas, dos atestados que enviaram à FAURGS através do endereço eletrônico.
- 4.6.5 A convocação para a avaliação médica sobre a condição da deficiência será feita por correspondência registrada com Aviso de Recebimento (AR), enviada ao endereço fornecido pelo candidato, havendo o prazo de três (3) dias úteis, contados a partir do dia subsequente à última data informada no aviso de recebimento (AR), para o seu comparecimento no HCPA. Com a finalidade de agilizar o chamamento de candidatos, o Hospital poderá, também, fazer contato por telefone ou por *e-mail*.
- 4.6.6 O não comparecimento do candidato no período acima referido implicará a perda do direito de concorrer na condição de Pessoa com Deficiência.
- 4.6.7 A compatibilidade entre as atribuições da ocupação/função e a deficiência apresentada pelo candidato, a que se refere o Art. 43, § 2º do Decreto nº 3.298/99, será avaliada por Equipe Multiprofissional do HCPA, durante o período de experiência.
- 4.6.8 **O candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência que necessite de atendimento e/ou condição especial** para a realização da Prova Escrita deverá atender ao especificado no subitem 4.5.10 deste Edital. Caso necessite de tempo adicional deverá requerê-lo, **com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência**, enviando o parecer juntamente com o requerimento indicado no subitem 4.5.10.
- 4.6.9 **A solicitação de atendimento e/ou condição especial de Pessoa com Deficiência** para a realização da Prova Escrita atenderá o disposto no subitem 4.5.12 deste Edital.
- 4.6.10 O candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência que solicitar atendimento e/ou condição especial deverá verificar a resposta de seu pedido no *site*, conforme disposto no subitem 4.5.13 deste Edital.
- 4.6.11 Os candidatos inscritos na condição de Pessoa com Deficiência terão suas inscrições homologadas preliminarmente somente depois da análise dos Atestados Médicos.
- 4.6.12 Os candidatos inscritos na condição de Pessoa com Deficiência participarão do Processo Seletivo Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
- 4.6.13 Os candidatos aprovados, inscritos na condição de Pessoa com Deficiência e com a classificação final homologada dentro da reserva de vagas para Pessoa com Deficiência, além de figurarem na lista de ampla concorrência de classificação, terão seus nomes publicados em lista à parte, com ordenamento obtido na respectiva classificação geral.
- 4.6.14 A homologação final das inscrições dependerá do cumprimento, por parte do candidato, das disposições previstas neste Edital.
- 4.7 Inscrição para candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) – Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014:**
- 4.7.1 São considerados negros aqueles que assim se autodeclararem, expressamente, identificados como de cor preta ou parda, conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 4.7.2 Ao candidato que se autodeclarar preto ou pardo é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo Público, de acordo com o Art. 2º da Lei nº 12.990, de 09/06/14.

- 4.7.3 Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, no ato da inscrição, sendo de sua exclusiva responsabilidade a opção por esta vaga.
- 4.7.4 A observância do percentual de vagas reservadas aos candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos) dar-se-á durante todo o período de validade do Processo Seletivo Público e aplicar-se-á a todos os cargos oferecidos, desde que haja candidatos aprovados.
- 4.7.5 Os candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos) participarão do Processo Seletivo Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
- 4.7.6 As informações fornecidas pelos candidatos são de sua inteira responsabilidade e ficarão nos registros cadastrais de ingresso e registradas nos respectivos Requerimentos de Inscrição Eletrônicos.
- 4.7.7 Os candidatos inscritos e aprovados, com a classificação final homologada dentro da cota para candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos), além de figurarem na lista de ampla concorrência de classificação, terão seus nomes publicados em lista à parte, com ordenamento obtido na respectiva classificação geral.

4.8 Do chamamento dos Candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) para Avaliação da Veracidade da Autodeclaração:

- 4.8.1 Serão convocados para avaliação da veracidade da autodeclaração os candidatos inscritos, de acordo com o subitem 4.7, que atingirem a nota mínima (e que estiverem dentro do ponto de corte, se houver), conforme disposto no item 13 do presente Edital.
- 4.8.2 A avaliação da veracidade da respectiva autodeclaração será realizada após divulgação do Resultado Final da Prova Escrita, por meio de convocação publicada no *site* da FAURGS, no qual constarão os nomes e os números de inscrição dos candidatos, a data e o local em que estes deverão comparecer.
- 4.8.3 **A presença, na avaliação da veracidade da autodeclaração como pessoa preta ou parda, é obrigatória aos candidatos aprovados (e que estiverem dentro do ponto de corte, se houver) que se autodeclararam pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme subitem 4.9.4, alínea c.** Sendo assim, o não comparecimento destes perante a Comissão Específica tornará sem efeito a opção de concorrer às vagas reservadas aos candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos), passando estes a concorrer, automaticamente, às vagas da ampla concorrência.

4.9 Procedimentos adotados para Avaliação da Veracidade da Autodeclaração:

- 4.9.1 A avaliação da veracidade da autodeclaração será realizada por Comissão Específica, com poder deliberativo, composta por empregados efetivos do HCPA.
- 4.9.2 A avaliação da veracidade da autodeclaração como pessoa preta ou parda considerará os seguintes aspectos:
- Informação prestada pelo candidato, no ato de inscrição, quanto à sua condição de pessoa preta ou parda;
 - Autodeclaração assinada pelo candidato no ato da confirmação da autodeclaração, ratificando sua condição de pessoa preta ou parda, indicada no momento da inscrição;
 - Fenótipo, que será verificado obrigatoriamente com a presença do candidato.
- 4.9.3 No dia de realização da avaliação da veracidade da autodeclaração como pessoa preta ou parda, a FAURGS poderá gravar/filmar a execução da avaliação. O candidato nesse dia deverá preencher e assinar o "Termo de autorização para registro de imagem". O referido termo será disponibilizado no local da avaliação.
- 4.9.4 O candidato será considerado **não** enquadrado na condição de pessoa preta ou parda, quando
- não cumprir os requisitos elencados no subitem 4.9.2 deste Edital;
 - a Comissão Específica não o considerar na condição de preto ou pardo;
 - não comparecer ao ato de avaliação da veracidade da autodeclaração como pessoa preta ou parda.
- 4.9.5 O candidato preto ou pardo que tenha a veracidade de sua autodeclaração confirmada pela Comissão Específica, de que trata o subitem 4.9 do presente Edital, concorrerá concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação no Processo Seletivo.
- 4.9.6 Concluídas as análises e emitido parecer conclusivo pela Comissão Específica, será publicada, no *site* da FAURGS, o Resultado da Avaliação da Veracidade da Autodeclaração.

4.10 Dos Recursos contra o Resultado da Avaliação da Veracidade da Autodeclaração:

- 4.10.1 O candidato poderá interpor recurso contra o Resultado da Avaliação da Veracidade da Autodeclaração no prazo de dois (2) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil imediato ao da publicação do parecer conclusivo com os respectivos resultados da Comissão Específica. O recurso fundamentado deverá ser interposto através do *site* da FAURGS para que, em sistema específico eletrônico, o candidato registre e protocole sua intenção, obedecendo aos preceitos estabelecidos neste Edital.
- 4.10.2 O recurso interposto pelo candidato será julgado pelo Coordenador da Comissão Específica de Avaliação de Recursos, que terá decisão soberana e definitiva.
- 4.10.3 Acolhida a conclusão da Comissão Específica de Avaliação de Recursos pela não qualificação do candidato como preto ou pardo, tornar-se-á sem efeito a opção de concorrer às vagas reservadas para pessoas pretas ou pardas, passando o

candidato a concorrer às vagas de ampla concorrência e, caso não tenha atingido os critérios classificatórios, conforme item 13 deste Edital, será eliminado do certame.

- 4.10.4 A **não** qualificação do candidato na condição de pessoa preta ou parda implicará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos autodeclarados negros e, caso não tenha atingido os critérios classificatórios da ampla concorrência, a sua eliminação no Processo Seletivo.
- 4.10.5 Os candidatos autodeclarados negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas a pessoas com deficiência se atenderem a essa condição, conforme o disposto no subitem 4.6 deste Edital.

4.11 Isenção de Taxa de Inscrição – Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018:

- 4.11.1 Não haverá isenção total ou parcial do valor da Taxa de Inscrição, exceto para candidatos amparados nos casos previstos na Lei nº 13.656, de 30/04/18.
- 4.11.2 Conforme o Art. 1º, inciso I da Lei nº 13.656, de 30/04/18, a isenção de pagamento da Taxa de Inscrição é possibilitada para candidato que esteja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.
- 4.11.3 Conforme o Art. 1º, inciso II da Lei nº 13.656, de 30/04/18, a isenção de pagamento da Taxa de Inscrição é possibilitada aos candidatos doadores de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde.
- 4.11.4 Para obter isenção da Taxa de Inscrição, os candidatos que se enquadrarem nos subitens 4.11.2 ou 4.11.3 **DEVERÃO, até 01/08/2022**, efetuar a inscrição eletrônica conforme instruções contidas no subitem 4.1, adicionalmente preenchendo o campo específico sobre o tipo de isenção pleiteada – se como inscrito no CadÚnico ou como doador de medula óssea. Imediatamente após o preenchimento e a conferência de dados, o candidato solicitante de isenção da taxa deve emitir o boleto bancário, sem efetuar o pagamento (inscrição provisória) até saber se o seu pedido foi deferido, conforme Cronograma de Atividades deste Edital.
- 4.11.4.1 **O candidato inscrito no CadÚnico** deverá informar, no campo de solicitação de isenção do Requerimento de Inscrição Eletrônico, seu número de NIS, número do RG e órgão expedidor, data de nascimento e nome completo da mãe. Para efeitos de isenção de taxa de inscrição, o candidato inscrito no CadÚnico não precisa entregar qualquer documentação à FAURGS.
- 4.11.4.2 **O candidato doador de medula óssea**, cadastrado no REDOME (Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea), deverá informar, no campo de solicitação de isenção do Requerimento de Inscrição Eletrônico, o número de identificação de sua carteira de doador. **Deverá ainda, enviar, obrigatoriamente, para o endereço eletrônico faurgs.concursosdocumentos@ufrgs.br, este requerimento, o documento de identificação, carteira de doador e o atestado ou laudo, digitalizados, de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, emitido por médico inscrito no Conselho de Medicina, contendo a data de doação de medula óssea, a fim de comprovar efetivamente sua doação, impreterivelmente até 01/08/2022.**
- 4.11.5 As informações prestadas, bem como a documentação enviada, quando for o caso, na Solicitação de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, arcando este com as consequências de eventuais erros e/ou falhas cometidas. A FAURGS não aceitará, em hipótese alguma, documentação ou acréscimos de documentação enviados fora do período de Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição previsto no cronograma deste Edital.
- 4.11.6 A FAURGS procederá consulta aos órgãos gestores, conforme o enquadramento do candidato, a fim de verificar a veracidade das informações prestadas por este. O deferimento ou o indeferimento da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição dependerá exclusivamente da resposta desses órgãos gestores e do cumprimento das normas estabelecidas no subitem 4.11.
- 4.11.7 **Não será analisada Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição se não for atendido ao disposto no subitem 4.11.**
- 4.11.8 De acordo com o Art. 2º, da Lei nº 13.656, de 30/04/18, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir das isenções referidas de que trata o Art. 1º, incisos I e II estará sujeito:
- I – ao cancelamento da inscrição e à exclusão do processo seletivo, se a falsidade for constatada antes da homologação do resultado;
- II – à exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da contratação para o cargo;
- III – à declaração de nulidade do ato da contratação, se a falsidade for constatada após a sua contratação.
- 4.11.9 O Resultado da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição será divulgado no *site* da FAURGS, conforme previsto no Cronograma deste Edital.
- 4.11.10 O candidato que não obtiver a isenção de pagamento da Taxa de Inscrição, e que ainda assim tenha interesse em permanecer no Processo Seletivo, deverá, obrigatoriamente, proceder ao pagamento da taxa até **23/08/2022**, sob pena de sua inscrição não ser homologada.
- 4.11.11 Para fins de consulta aos órgãos gestores – CadÚnico ou REDOME – e para homologação de inscrição isenta, será considerada a última inscrição realizada pelo candidato.

5 DA BANCA EXAMINADORA

- 5.1 A composição das Bancas Examinadoras será divulgada no *site* da FAURGS, conforme previsto no Cronograma deste Edital.
- 5.2 O parentesco consanguíneo ou afim com qualquer candidato, na linha reta ou colateral, até o terceiro grau, constitui razão de impedimento à atuação de membro da Banca Examinadora.
- 5.3 O candidato poderá solicitar a impugnação de qualquer membro da Banca Examinadora, desde que seu recurso esteja acompanhado de justificativa fundamentada, até dois (2) dias úteis após a divulgação da nominata da banca, cumprindo o estabelecido no item 8, deste edital.
- 5.4 Caberá à Comissão do Concurso julgar o pedido de impugnação de membro da Banca Examinadora indicado pela própria Comissão.
- 5.5 Em caso de impugnação, a Comissão do Concurso decidirá pela designação de nova Banca Examinadora, podendo ocorrer alteração no Cronograma deste Edital.

6 DOS CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

- 6.1 Os Processos Seletivos serão compostos de provas de caráter eliminatório e/ou classificatório, conforme estipulado no item 13 deste Edital – DOS CRITÉRIOS E INFORMAÇÕES ESPECÍFICOS DOS PROCESSOS SELETIVOS, e de avaliação médica a ser realizada pelo Serviço de Medicina Ocupacional do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. As provas serão avaliadas em uma escala de zero (0) a dez (10) pontos.
- 6.2 A classificação final será obtida através da soma dos produtos das notas de cada prova pelo respectivo peso, conforme especificado neste Edital.
- 6.3 Em caso de empate na nota final serão considerados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate na classificação:
- 6.3.1 Aos candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completos até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo, nos termos da Lei Federal nº 10.741/03, entre si e frente aos demais, será dada preferência na classificação ao de idade mais elevada, como primeiro critério de desempate na classificação;
- 6.3.2 Maior nota na prova escrita, como segundo critério de desempate na classificação;
- 6.3.3 Sorteio público, como terceiro critério de desempate na classificação.
- 6.4 Todos os cálculos de notas serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente posterior se o algarismo da terceira casa decimal (quando houver) for igual ou superior a cinco.

7 DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- 7.1 As provas serão realizadas na cidade de Porto Alegre, RS, e/ou na Grande Porto Alegre, conforme a necessidade.
- 7.2 **A duração da Prova Escrita será de duas horas e meia (2 horas e 30 minutos) a quatro horas (4 horas), dependendo da quantidade de questões. A exata definição do tempo de duração da prova, determinada pela Banca Examinadora, constará nas instruções de cada prova entregue aos candidatos no dia de sua aplicação.**
- 7.3 Os locais de realização das provas e as etapas dos Processos Seletivos serão divulgados no **site** <http://portalfaurgs.com.br/concursos>, em datas estabelecidas no Cronograma deste Edital, de acordo com o respectivo Processo Seletivo e suas etapas.
- 7.4 Caso o candidato não conste na lista de candidatos homologados divulgada no *site* da FAURGS, e não apresente, no local de prova, documentação que comprove o pagamento de sua inscrição, **não será permitido** que o mesmo ingresse em sala para realizar a Prova.
- 7.5 **Desde já, fica o candidato convocado a comparecer no local de prova 30 (trinta) minutos antes de seu início, munido, preferencialmente, do mesmo documento válido para identificação que originou sua inscrição, com fotografia atualizada, conforme subitem 4.5.**
- 7.6 **O ingresso em sala de prova só será permitido ao candidato que apresentar documento válido de identificação**, conforme subitem 4.5 deste Edital, **ou**, se for o caso, documento de órgão policial que ateste o registro de ocorrência de perda, furto ou roubo de seu documento de identificação, emitido com antecedência máxima de 30 (trinta) dias da data de aplicação da prova. **O candidato deverá levar cópia desse registro policial no dia de aplicação da prova para ser entregue ao Coordenador de Prédio** e, após a realização desta, em até 48 horas, deverá entregar, pessoalmente ou por meio de procurador, na FAURGS, outro documento válido de identificação pessoal. O candidato que se enquadrar na situação descrita anteriormente só poderá fazer a prova mediante preenchimento de Termo de Realização de Prova em Caráter Condicional.
- 7.7 Não será permitido o ingresso em sala, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o início da prova, exceto se acompanhado por representante da Coordenação do Processo Seletivo.
- 7.8 Não haverá segunda chamada para qualquer prova, nem sua aplicação fora de horário, data e local pré-determinados. Casos excepcionais serão analisados pela FAURGS.
- 7.8.1 Não será permitido o ingresso em sala, de candidato que se apresentar fora do local que lhe foi designado por Edital de Convocação para a realização da prova, exceto, conforme a necessidade, para casos de atendimento especial.

- 7.9 Durante a realização da prova, o candidato estará sujeito à revista com detectores de metal e à coleta de sua assinatura e de sua impressão digital.
- 7.10 O candidato que comparecer para realizar a prova **não deverá, sob pena de ser excluído do certame, portar** armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, *paggers*, *notebooks*, **telefones celulares**, *pen drives* ou quaisquer outros tipos de aparelhos eletrônicos, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, mantas, lenços, aparelhos auriculares, próteses auditivas, óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos ou parte do rosto, **exceto em situações autorizadas pela Comissão do Concurso e/ou em situações determinadas em lei, como o uso recomendado de máscaras, em virtude da pandemia do Coronavírus.** O candidato que necessitar utilizar prótese auditiva, e não puder retirá-la durante a realização da prova, deverá solicitar atendimento especial, conforme disposto no subitem 4.5.10 deste Edital. **Os relógios de pulso** serão permitidos, desde que permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
- 7.11 **Caso o candidato se apresente para a realização da prova portando qualquer objeto ou adereço acima especificado, esse material deverá ser identificado e lacrado pelo próprio candidato, antes do início da prova, e armazenado em embalagem fornecida pelo fiscal.** Os celulares deverão ser desativados e acondicionados nessa embalagem. **Esse material será acomodado em local a ser indicado pelos fiscais de sala e ali deverá ficar durante o período de permanência do candidato no local de prova. Se assim não proceder, o candidato será excluído do Processo Seletivo. A FAURGS não se responsabilizará por perdas ou extravios de documentos, objetos ou de equipamentos eletrônicos, que ocorram no local de prova, nem por danos neles causados.**
- 7.12 Se, a qualquer tempo, for constatada, por meios eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou através de investigação policial, a utilização de processo ilícito por parte do candidato, sua prova será anulada e ele, automaticamente, excluído do Processo Seletivo. **Se o candidato for flagrado, durante a realização de sua prova, portando ou utilizando aparelhos e/ou dispositivos eletroeletrônicos, será automaticamente excluído do Processo Seletivo, através do registro de Termo de Exclusão, específico para tal.**
- 7.13 Nos Processos Seletivos em que forem realizadas Provas Práticas, a FAURGS poderá, no dia de sua aplicação, gravar e/ou filmar a execução do processo.
- 7.14 Não será permitida a permanência, nas dependências dos locais de aplicação de prova, de pessoas estranhas aos Processos Seletivos, de candidato que encerrou sua prova ou de acompanhante de candidato, salvo em caso de acompanhamento de lactentes. Casos excepcionais serão analisados pela FAURGS.
- 7.15 **Para a Realização da Prova Escrita:**
- 7.15.1 A Prova Escrita será realizada conforme data e horário previstos no cronograma deste Edital. Os locais de prova serão divulgados conforme especificado no subitem 3.1.
- 7.15.2 **É de inteira responsabilidade do candidato comparecer ao local de prova munido de caneta esferográfica, preferencialmente de tinta azul, de escrita grossa, para a adequada realização de sua Prova Escrita. Não será permitido o uso de lápis, marca-textos, réguas, lapiseiras/grafites e/ou borrachas durante a realização da prova. A FAURGS NÃO FORNECERÁ CANETAS A CANDIDATOS.**
- 7.15.3 Não será permitida nenhuma espécie de consulta em livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de instrumentos de cálculo ou outros instrumentos eletrônicos, exceto nos casos em que forem pré-estabelecidos no item 13 deste Edital.
- 7.15.4 O candidato somente poderá se retirar da sala de prova uma hora (1 hora) após o seu início. **Se quiser levar o Caderno de Questões da Prova Escrita, o candidato somente poderá se retirar da sala de prova uma hora e meia (1 hora e 30 minutos) após o início. O candidato não poderá anotar/copiar o gabarito de suas respostas de prova, exceto no Caderno de Questões.**
- 7.15.5 Os candidatos terão o direito de permanecer na sala de prova até que o último candidato a conclua, desde que permaneçam em silêncio.
- 7.15.6 Após concluir a prova e se retirar da sala, o candidato somente poderá utilizar os sanitários nas dependências do local de prova se for autorizado pela Coordenação do Prédio e se estiver acompanhado de um fiscal.
- 7.15.7 Para realizar a Prova Escrita, o candidato receberá um Caderno de Questões e uma Folha de Respostas (Folha Óptica). A capa do Caderno de Questões deverá ser identificada com seu nome e número de inscrição. A Folha de Respostas estará pré-identificada, cabendo ao candidato a rigorosa conferência dos dados e a aposição de sua assinatura no local designado. As instruções contidas no Caderno de Questões e na Folha de Respostas deverão ser obrigatoriamente cumpridas.
- 7.15.8 **Ao concluir a Prova Escrita, o candidato deverá devolver ao fiscal da sala a Folha de Respostas (Folha Óptica). Se assim não proceder, será excluído do Processo Seletivo.**
- 7.15.9 Não serão computadas questões que não forem assinaladas na Folha de Respostas de modo pertinente, sem emendas ou rasuras, bem como questões que contenham mais de uma resposta, ainda que legíveis.
- 7.16 **Para a Realização da Prova de Títulos:**

- 7.16.1 Os Títulos deverão ser enviados exclusivamente pela *internet*, juntamente com o Formulário de Relação de Títulos preenchido, através do *site* <http://portalfaurgs.com.br/concursos>, em *link* específico.
- 7.16.2 Procedimentos para o envio dos Títulos:
- Acessar o *site* da FAURGS, onde estará disponível o *link* eletrônico para o envio dos Títulos e para o *upload* dos documentos digitalizados para avaliação, conforme período e horários a serem divulgados no Cronograma de Execução.
 - Preencher o Formulário de Relação de Títulos, que se encontra no Anexo III deste Edital, e fazer *upload* deste documento, juntamente com os demais documentos digitalizados. Para preenchimento desse formulário, deverá ser observada a numeração constante no conteúdo da Prova de Títulos, no item 13 deste Edital, que relaciona os tipos de documentos que serão avaliados, sua pontuação e outras exigências. Os comprovantes dos documentos relacionados pelo candidato deverão ser numerados na mesma sequência em que constarem nesse formulário.
 - Encaminhar documentos com tamanho máximo de 5 *Megabytes* e com as seguintes extensões: JPG, JPEG ou PDF. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a avaliação com clareza. Quando o nome do candidato for diferente do constante nesses documentos, deverá ser anexado comprovante de alteração do nome (por exemplo: certidão de casamento).
 - Os Títulos deverão ser anexados **até as 17 (dezesete) horas** do último dia previsto no Cronograma de Execução.
 - Realizar o preenchimento dos dados constantes no *link* eletrônico, conferir se foi efetuado corretamente o *upload* da documentação e clicar no botão de confirmação. Após o preenchimento do formulário *on-line*, o candidato visualizará seu protocolo de envio dos documentos, no qual constará os dados do candidato, número de protocolo e cópia da documentação enviada. Obs.: No campo justificativa, constante no referido formulário, o candidato deverá digitar "Prova de Títulos".
- 7.16.3 **Nos certificados digitais, deverá constar a assinatura eletrônica com informação sobre a autenticidade.**
- 7.16.4 A FAURGS não receberá Títulos por outro meio, mesmo que dentro do prazo previsto, que não seja o especificado no subitem 7.16 deste Edital ou fora do período e horário divulgados para o envio desses documentos, conforme expresso no Cronograma de Execução.
- 7.16.5 A FAURGS não se responsabilizará por Títulos não anexados, anexados incorretamente ou não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e de transmissão de dados, falta de energia elétrica, bem como de outros fatores que impeçam a transferência de dados.
- 7.16.6 O preenchimento e o envio do Formulário de Relação de Títulos, bem como a adequada comprovação da titulação ali relacionada, são de inteira responsabilidade do candidato, arcando este com as consequências de eventuais falhas cometidas.
- 7.16.7 Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos Títulos apresentados, a respectiva pontuação do candidato será anulada.
- 7.16.8 **Na avaliação dos Títulos, serão considerados, além dos especificados no item 13 deste Edital, os seguintes critérios:**
- Títulos adquiridos até o último dia do período para envio serão avaliados, considerado o prazo estipulado na Prova de Títulos.
 - Trabalhos publicados sem o nome do candidato deverão ser acompanhados de documento comprobatório da autoria, emitido pelo editor ou dirigente do órgão editor.
 - Dissertações de mestrado e de doutorado não serão consideradas como trabalhos publicados para efeito de contagem de pontos, salvo em formato livro.
 - Na apreciação das publicações indexadas, deverão ser considerados livros e artigos que tenham sido publicados por editoras e periódicos reconhecidos por agência de controle de publicações nacionais e internacionais.
 - Para as publicações não indexadas, serão consideradas como comprovantes válidos de cada publicação somente a capa e as páginas que atestem sua autoria.
 - O mesmo trabalho/atividade será pontuado(a) somente uma vez.
 - Não serão atribuídos pontos a curso não concluído, nem à disciplina ou módulo de curso.
 - Os pontos que excederem o valor máximo fixado na Prova de Títulos serão desconsiderados.
 - Os comprovantes de conclusão de cursos deverão ser expedidos por instituição oficial ou reconhecida, nos termos da legislação vigente.
 - Para comprovação de escolaridade, serão aceitos certificados, atestados ou declarações de conclusão, emitidos pela instituição de ensino. No caso da apresentação de declarações ou atestados de conclusão, estes deverão conter as informações de finalização de todos os créditos ou etapas necessários para a conclusão do curso.
 - Para comprovação de experiência profissional**, serão considerados os seguintes documentos:
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
Modelo Físico: páginas com os dados do candidato; registro do contrato de trabalho com todos os campos preenchidos, inclusive o campo com data de rescisão e de alteração contratual, quando for o caso, com as devidas assinaturas. Quando o

campo com a data de rescisão contratual não estiver preenchido ou o cargo/função não estiver especificando área de atuação, deverá ser entregue declaração da empresa, conforme detalhamento descrito abaixo, em “Declaração”.

Modelo Digital: página detalhada do aplicativo em que constem os dados do candidato; registro do contrato de trabalho com todos os campos preenchidos inclusive o campo com data de rescisão e de alteração contratual, quando for o caso. Quando o campo com a data de rescisão contratual não estiver preenchido ou o cargo/função não estiver especificando área de atuação, deverá ser entregue declaração da empresa, conforme detalhamento descrito abaixo, e extrato Previdenciário emitido pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais), nos últimos 30 dias.

- **Declaração:** a declaração da empresa deverá ser entregue em papel timbrado, contendo a especificação do CNPJ, devidamente assinada pelo órgão de pessoal ou por responsável pela empresa, que especifique claramente cargo/função exercido(a) pelo candidato, período de trabalho (data de início: dia, mês e ano) e de permanência ou término. Não havendo órgão de pessoal, o documento deverá ser assinado pela autoridade responsável pela instituição.

- **Perfil Profissiográfico Previdenciário:** o documento deverá conter os dados do candidato, a descrição do cargo, área de atuação, período de trabalho, data, assinatura e carimbo da instituição empregadora.

- **Profissionais Autônomos:** somente será considerada a prestação de serviço para pessoa jurídica, devendo a mesma ser comprovada através de declaração da empresa em papel timbrado, devidamente assinada pelo órgão de pessoal ou por responsável pela empresa, que especifique o serviço prestado e o tipo de vínculo com a empresa, o período de trabalho (data de início: dia, mês e ano) e de permanência ou término, a função e a área de atuação.

- **Servidor Estatutário:** serão aceitas declarações e/ou certificações emitidas por órgão de pessoal da respectiva pessoa jurídica, em papel timbrado, com a especificação do CNPJ, contendo o período de trabalho (data de início: dia, mês e ano) e de permanência ou término, a função e a área de atuação do servidor.

- l) A comprovação de docência deve ser feita mediante apresentação de declaração emitida por Instituição de Ensino, em papel timbrado, devidamente assinada pelo órgão de pessoal ou por responsável pela instituição, especificando o cargo, carga horária e período, além da disciplina ministrada.
- m) Os documentos apresentados em língua estrangeira, exceto em espanhol e em inglês, deverão ser traduzidos e conter o nome legível e a assinatura de tradutor juramentado.
- n) Sendo necessário, a Banca Examinadora poderá exigir do candidato a apresentação de original do Título enviado.
- o) **Uma vez enviados os Títulos, não serão aceitos acréscimos de outros documentos em fase recursal.**

7.16.9 **A Banca Examinadora em hipótese alguma avaliará Títulos antecipadamente.**

7.16.10 Os candidatos que não enviarem Títulos permanecerão com os pontos obtidos na Prova Escrita, considerando que a Prova de Títulos tem caráter classificatório.

8 DA VISTA DE PROVAS, DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS E DA ANULAÇÃO DA PROVA E DE QUESTÕES

- 8.1 O candidato poderá obter vista de sua prova e Folha de Respostas (Folha Óptica), de acordo com as orientações abaixo:
- 8.1.1 No prazo de dois (2) dias úteis a contar da data subsequente à da publicação do resultado preliminar da Prova (Escrita, Prática ou de Títulos), o candidato poderá solicitar vista de sua prova.
- 8.1.2 Quando necessário, após a vista de sua prova, poderá ser solicitado ao candidato que declare em formulário, disponibilizado pela FAURGS, a vista concedida.
- 8.1.3 Para visualizar a Folha de Respostas, no período de recursos quanto ao resultado preliminar da Prova Escrita, o candidato deverá acessar o *link* “área do candidato”, disponibilizado no *site* <http://portalfaurgs.com.br/concursos>.
- 8.2 **O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar o site acima para, em sistema eletrônico específico, registrar essa intenção.** O prazo para a interposição de recursos será de dois (2) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil imediato ao da publicação dos respectivos resultados.
- 8.3 **Não se conhecerão recursos** que não contiverem fundamentação, que não apresentem a documentação adequada para instruí-los, ou que contiverem nome, marcas e/ou sinais que identifiquem o candidato no arrazoado (nos casos de recursos de gabarito e de Prova Escrita). O recurso deverá indicar, com clareza, seu objeto e razões, fatos e circunstâncias justificadoras da inconformidade do interessado.
- 8.4 Não haverá conhecimento de recursos interpostos fora do prazo estabelecido no cronograma ou que estejam em desconformidade com o disposto neste Edital.
- 8.5 Admitir-se-á um (1) único recurso para cada candidato, para cada evento, sendo desconsiderados recursos de igual teor.
- 8.6 Não serão encaminhadas respostas individuais a candidatos por quaisquer outros meios que não o disposto neste Edital.
- 8.7 Todos os recursos interpostos deverão obedecer aos preceitos estabelecidos neste Edital e **ser enviados em sistema eletrônico específico**, não sendo aceitos os enviados por *e-mail* ou por outro meio que não o especificado no item 8 deste Edital, mesmo que dentro do prazo estabelecido para esta finalidade.
- 8.8 O candidato poderá ter conhecimento da resposta dada pela Banca Examinadora ao seu recurso, a partir do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do resultado após recursos, da etapa a que se refere.
- 8.9 **A prova será anulada:**

- 8.9.1 se forem constatadas irregularidades formais na realização do Processo Seletivo;
- 8.9.2 se houver inobservância quanto a seu sigilo;
- 8.9.3 se forem anuladas questões que, juntas, representem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da prova.
- 8.10 Em caso de anulação de prova, esta deverá ser repetida, mantidos o número e o valor das questões e observado igual peso, e somente poderão realizá-la os candidatos que tiverem prestado a prova anulada.
- 8.11 Em caso de anulação de questões de provas, os respectivos pontos serão atribuídos a todos os candidatos. Se houver alteração de gabarito oficial preliminar, por ofício ou através de recurso, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem ou não recorrido. As provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme a alteração, podendo ocorrer mudança da classificação inicialmente obtida, para uma classificação superior ou inferior, ou até mesmo a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.
- 8.12 Quando houver alterações em notas de candidatos, após julgamento de recursos interpostos, a relação das notas alteradas será publicada no *site* da FAURGS.

9 DA HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

- 9.1 Somente após a realização da(s) prova(s) e a apreciação de pedidos de recursos, ocorrerá a homologação da classificação final do Processo Seletivo.

10 DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

- 10.1 Os Processos Seletivos terão validade de dois (2) anos a contar da data de publicação da homologação da classificação final destes processos, prorrogável, uma vez, por igual período, a critério do Hospital de Clínicas, nos termos do Art. 37, inciso III, da Constituição Federal.
- 10.2 A decisão da prorrogação ou não do prazo de validade dos Processos Seletivos será tornada pública através do *site* do HCPA e, também, na imprensa.

11 PREENCHIMENTO DAS VAGAS

- 11.1 O HCPA reserva-se o direito de chamar os candidatos aprovados nos Processos Seletivos, de acordo com as respectivas ordens de classificação, na medida de suas necessidades. A aprovação do candidato no Processo Seletivo, bem como na avaliação médica, não assegura o direito à admissão, mas apenas a sua expectativa, segundo a respectiva ordem de classificação.
- 11.2 O candidato poderá desempenhar suas atividades em qualquer unidade do Hospital.
- 11.3 O Processo Seletivo destina-se ao preenchimento de **vaga definitiva (contrato por prazo indeterminado)** no quadro de pessoal do HCPA, desde que venha a existir vaga para este fim. Entretanto, considerando o princípio da continuidade do serviço público, conforme necessidade e respeitando a ordem de classificação, os candidatos aprovados poderão ser chamados para o preenchimento de **vaga temporária (contrato por prazo determinado)**, por período não superior a dois (2) anos, para fins de substituições de afastamentos de funcionários do HCPA (licença-saúde, licença-maternidade, entre outros).

11.4 Preenchimento de vagas definitivas (contrato por prazo indeterminado):

- 11.4.1 O candidato chamado para o preenchimento de **vaga definitiva**, quando não aceitar a contratação na vaga oferecida, deverá formalizar sua desistência por meio da assinatura do Termo de Desistência Definitiva ou Termo de Desistência Temporária (Final de Lista), junto ao Serviço de Seleção ou através de *e-mail*, anexando neste, documento de identificação com foto.
- 11.4.2 No caso de desistência definitiva, o candidato será automaticamente excluído do cadastro de candidatos do respectivo Processo Seletivo e, no caso de desistência temporária, o candidato passará para o último lugar da lista de classificados, podendo ser chamado mais uma vez, respeitando-se a ordem de classificação e o prazo de validade do Processo Seletivo.
- 11.4.3 No caso de aceitação de **vaga definitiva** e não comprovação de pré-requisitos, o candidato passará para o último lugar da lista de classificados desse Processo Seletivo, podendo ser chamado mais uma vez, respeitando-se a ordem de classificação e o prazo de validade do Processo Seletivo.

11.5 Preenchimento de vagas temporárias (contrato por prazo determinado):

- 11.5.1 Se o candidato chamado para o preenchimento de **vaga temporária** (contrato por prazo determinado) não aceitar essa contratação, deverá formalizar sua desistência por meio da assinatura do Termo de Desistência Definitiva ou Termo de Desistência Temporária, junto ao Serviço de Seleção ou através de *e-mail*, anexando neste, documento de identificação com foto.
- 11.5.2 O candidato que aceitar o preenchimento de **vaga temporária** (contrato por prazo determinado) manterá a sua ordem de classificação.
- 11.5.3 No caso de aceitação de **vaga temporária** (contrato por prazo determinado) e não comprovação de pré-requisitos, o candidato será considerado desistente de vaga temporária (contrato por prazo determinado) pelo período de um (1) ano.

11.6 A admissão tanto de Pessoa com Deficiência quanto de Autodeclarado Negro (preto ou pardo), aprovados no respectivo Processo Seletivo, obedecerá aos seguintes critérios:

- a) A segunda vaga do cadastro da ocupação/função será destinada a um candidato na condição de Pessoa com Deficiência, conforme ordem de classificação. Não existindo cadastro de candidatos nesta condição, a vaga será revertida para a ampla concorrência.
- b) As próximas vagas destinadas aos candidatos na condição de Pessoa com Deficiência, respeitarão a proporcionalidade de um (1) candidato a cada 10 (dez) admitidos pela ampla concorrência desse cadastro.
- c) A terceira vaga do cadastro da ocupação/função será destinada a um candidato Autodeclarado Negro (preto ou pardo), conforme ordem de classificação. Não existindo cadastro de candidatos nesta condição, a vaga será revertida para a ampla concorrência.
- d) As próximas vagas destinadas a candidatos na condição de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) respeitarão a proporcionalidade de cotas, conforme a Lei nº 12.990/14, do total de candidatos aprovados para a respectiva ocupação/função, observando-se a proporcionalidade e a alternância com os candidatos de ampla concorrência desse cadastro.
- e) Os candidatos que figurarem na lista de classificação final homologada de Ampla Concorrência, Autodeclarado Negro (preto ou pardo) e/ou de Pessoa com Deficiência, serão chamados **somente** na condição que ocorrer primeiro, conforme melhor classificação obtida.
- 11.7 Conforme a necessidade do HCPA, poderá ser oferecida ao candidato contratação em **vaga definitiva** ou **temporária** na mesma ocupação, porém em área diferente da qual prestou o Processo Seletivo, desde que devidamente habilitado. Nesse caso, o candidato chamado para o preenchimento de **vaga definitiva** ou **temporária**, quando não aceitar a contratação deverá assinar Termo de Desistência específico para este fim. Nessa situação e no caso de preenchimento de vaga temporária ou definitiva, o candidato manter-se-á na mesma ordem de classificação do respectivo Processo Seletivo realizado. No caso de surgimento de vaga na área de origem durante a validade do Processo Seletivo e respeitada a ordem de classificação do cadastro, o candidato será convocado para optar por sua permanência na área atual ou pela transferência para área de origem do Processo Seletivo.
- 11.8 **A convocação oficial de candidatos para o processo de contratação** será feita através de correspondência registrada com Aviso de Recebimento (AR), enviada ao endereço informado pelo candidato no Requerimento de Inscrição Eletrônico. Haverá o prazo de três (3) dias úteis, contados a partir do dia subsequente à última data informada no Aviso de Recebimento (AR), considerando-se os procedimentos das normas postais, para o candidato manifestar, por escrito, sua aceitação ao preenchimento de vaga através de Termo de Convocação para Admissão. Com a finalidade de agilizar o chamamento de candidatos aprovados, o HCPA poderá fazer contato por telefone ou por *e-mail*.
- 11.9 **Os candidatos aprovados deverão, durante o prazo de validade do respectivo Processo Seletivo, manter seus endereços atualizados junto ao Serviço de Seleção do Hospital. A correspondência enviada ao endereço fornecido pelo candidato presume-se entregue.**
- 11.10 O candidato convocado pelo Serviço de Seleção do Hospital, para preenchimento de vaga definitiva, que não comparecer no prazo estipulado, passará, automaticamente, uma única vez, para o último lugar da lista de classificados para a respectiva ocupação e/ou função para a qual está sendo convocado, e, na segunda chamada, se não houver comparecimento, estará excluído do Processo Seletivo. Quando a vaga for temporária (contrato por prazo determinado), o candidato que não comparecer no prazo estipulado será considerado desistente de vaga temporária pelo período de um (1) ano, a contar do retorno da correspondência registrada.
- 11.11 **A admissão do candidato fica condicionada à apresentação e à entrega de comprovantes de pré-requisitos, conforme exposto no subitem 7.16.8, alíneas i e j, e demais documentos necessários, conforme solicitado pelo HCPA. Em relação à comprovação do pré-requisito sobre a escolaridade, quando inicialmente apresentado atestado ou declaração de conclusão provisória, o candidato ficará responsável pela entrega do documento definitivo, no prazo estabelecido pelo Serviço de Seleção do HCPA.**
A admissão do candidato requer ainda as seguintes condições:
- 11.11.1 ser brasileiro nato, naturalizado, ou português amparado pelo parágrafo 1º, do Art. 12 da Constituição Federal. Caso o candidato tenha nacionalidade portuguesa, deverá apresentar documento comprobatório de estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, na forma do disposto no Decreto nº 70.436, de 18/04/72;
- 11.11.2 ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 11.11.3 estar no gozo de direitos civis e políticos e quite com a Justiça Eleitoral;
- 11.11.4 estar quite com o Serviço Militar, quando do sexo masculino;
- 11.11.5 possuir, no prazo de cinco (5) dias úteis após a convocação para admissão e aceitação da vaga oferecida, os pré-requisitos estabelecidos neste Edital;
- 11.11.6 não ter encerrado seu vínculo empregatício (contratual) com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre por um dos motivos elencados no art. 482 da CLT;
- 11.11.7 se a função/ocupação para qual o candidato for contratado possuir órgão fiscalizador do exercício profissional específico, o candidato deverá estar inscrito neste órgão e quite para com as demais exigências legais.

- 11.12 Na avaliação médica, o candidato será avaliado de acordo com a ocupação/função que irá exercer, sendo condição para admissão o conceito "APTO". Caso a área de Medicina Ocupacional julgue necessário, o candidato poderá ser avaliado, também, por outra especialidade médica.
- 11.13 O candidato, por ocasião da sua admissão no quadro de pessoal deste Hospital, deverá preencher formulário(s) referente(s) aos Anexos I, II e III, da Instrução Normativa nº 11, de 17/10/96, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, bem como entregar cópia de declaração de bens e renda no ano em curso, caso venha a perceber função gratificada.
- 11.14 A admissão do candidato fica ainda condicionada à observância do Art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, referente a acúmulo de cargos públicos.
- 11.15 O candidato, por ocasião de sua admissão, deverá preencher o requerimento de vale-transporte, anexando ao mesmo o comprovante de residência. De acordo com a legislação em vigor, o vale-transporte somente será concedido aos funcionários que utilizam transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual, desde que possuam características semelhantes aos urbanos, conforme informações concedidas pelo DAER-RS (Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem).
- 11.16 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), podendo o empregado trabalhar em períodos diurnos e noturnos, segundo a exigência do serviço, inclusive em sistemas de escalas de horário e sobreaviso.

12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 **O Cronograma para a realização dos Processos Seletivos poderá ser alterado pelo HCPA e/ou pela FAURGS a qualquer momento, sem que caiba aos interessados qualquer direito de se opor ou algo a reivindicar.**
- 12.2 As referências recomendadas, indicadas no item 13, encontram-se disponíveis em bibliotecas, na *internet* e/ou em livrarias.
- 12.3 **A Banca Examinadora em hipótese alguma avaliará Pré-requisitos antecipadamente.**
- 12.4 **Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:**
- 12.4.1 prestar, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, sendo que a inexactidão das informações, a irregularidade dos documentos ou a não comprovação destes, no prazo solicitado pelo HCPA, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes de sua inscrição;
- 12.4.2 se utilizar de quaisquer recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer etapa da realização deste;
- 12.4.3 for apanhado em flagrante, portando materiais, artefatos ou adereços não permitidos nos termos dos subitens 7.10, deste Edital, ou utilizando qualquer meio na tentativa de burlar a prova;
- 12.4.4 recusar se submeter, durante a aplicação de prova, à coleta de sua impressão digital, quando for o caso, e/ou à revista por detector de metais;
- 12.4.5 for responsável por falsa identificação pessoal;
- 12.4.6 faltar a qualquer uma das fases de seleção, quando convocado pelo HCPA, exceto na Prova de Títulos;
- 12.4.7 não apresentar, dentro do prazo estipulado no Termo de Realização de Prova em Caráter Condicional, quaisquer documentos faltantes;
- 12.4.8 for incorreto ou descortês para com qualquer dos examinadores, coordenadores, fiscais ou representantes do HCPA e da FAURGS, presentes em qualquer das fases do Processo Seletivo;
- 12.4.9 **se ausentar da sala sem acompanhamento de fiscal, antes de ter concluído a Prova Escrita e sem ter entregue a Folha de Respostas, conforme especificado no subitem 7.15.8;**
- 12.4.10 não cumprir as instruções contidas no Caderno de Questões e na Folha de Respostas;
- 12.4.11 **infringir ou se recusar a obedecer a qualquer outra disposição deste Edital.**
- 12.5 **São considerados documentos de identificação os expostos no subitem 4.5 deste Edital.**
- 12.6 Para comprovação de experiência profissional, serão considerados os documentos expostos no subitem 7.16.8, alínea k.
- 12.7 Os documentos apresentados em língua estrangeira deverão seguir o disposto no subitem 7.16.8, alínea m.
- 12.8 De acordo com a necessidade, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre poderá realizar Processo Seletivo Público para as ocupações nas quais ainda exista cadastro-reserva, garantindo-se a prioridade de convocação de candidatos pertencentes ao cadastro mais antigo, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo. O HCPA poderá realizar novo Processo Seletivo Público para a mesma ocupação, encerrada a validade do anterior, caso se esgote a listagem de habilitados.
- 12.9 O HCPA e a FAURGS não se responsabilizarão por quaisquer cursos, textos ou apostilas referentes a esses Processos Seletivos, elaborados e/ou confeccionados por terceiros.
- 12.10 A adaptação dos funcionários admitidos pelo HCPA em suas funções e no ambiente de trabalho, bem como em toda a Instituição, segundo suas políticas e normas, durante o período probatório, é condição indispensável para a manutenção dos mesmos nas respectivas ocupações, não se induzindo ser isso estabilidade, de todo inexistente.
- 12.11 Para atender a determinações ou a conveniências administrativas, o HCPA poderá alterar o seu Plano de Cargos e Salários vigente. Todos os parâmetros considerados para as presentes instruções referem-se aos termos dos Regulamentos em vigor. Qualquer alteração porventura ocorrida no atual sistema, por ocasião da admissão ou da readmissão de candidatos, significará, por parte destes, a integral e irrestrita adesão ao novo Plano de Cargos e Salários.

- 12.12 Para candidatos inscritos na condição de Pessoa com Deficiência, observar-se-á o disposto no Decreto nº 3.298, de 20/12/99.
- 12.13 Após a admissão de candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.
- 12.14 Os candidatos incluídos nos percentuais de reserva de cadastro de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) que obtiverem notas na Prova Escrita dentro do cadastro de Ampla Concorrência, constarão em ambas as listas e serão participantes nas duas condições, na classificação final, cabendo o chamamento na condição que ocorrer primeiro.
- 12.15 Independentemente de os candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) constarem em listagem separada, se não houver candidatos para preenchimento dos 20% previstos para formação de cadastro de candidatos, estas posições não serão revertidas para Ampla Concorrência.
- 12.16 Deverão ser observadas as recomendações de protocolos de segurança para prevenção de contágio da COVID-19.
- 12.17 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção do HCPA, ouvida a FAURGS.
- 12.18 Em atendimento à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), a FAURGS e o HCPA realizam o tratamento de dados pessoais, de acordo com as disposições legais vigentes, especialmente aquelas visando dar efetiva proteção aos dados coletados, utilizando-os tão somente para os fins necessários da execução desse Processo Seletivo Público.
- 12.19 O candidato, denominado titular dos dados pessoais, autoriza a FAURGS a realizar o tratamento dos dados para os fins de cumprimento de obrigações decorrentes da legislação e, ao se inscrever nesse processo seletivo, declara seu expresso consentimento para a coleta, tratamento e armazenamento:
- de seus dados pessoais e documentos apresentados durante as etapas determinadas neste Edital de Abertura, aos quais terão acesso a FAURGS e o HCPA, os quais são participantes na realização das publicações previstas no cronograma deste Edital;
 - das listas de presença, das avaliações e convocações que se façam necessárias em cada fase, e que poderão ser compartilhados para cumprimento de exigências legais, regulatórias ou fiscais de acordo com andamento do Processo Seletivo.
- 12.20 A FAURGS e o HCPA ficam autorizados a compartilhar os dados pessoais do candidato com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste instrumento, desde que sejam respeitados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

13 DOS CRITÉRIOS E INFORMAÇÕES ESPECÍFICOS DOS PROCESSOS SELETIVOS

Cargos de Nível Superior:

PROCESSO SELETIVO 12 - FONOAUDIÓLOGO I (Disfagia)				
PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	7	Constituída de 25 questões objetivas, valendo 0,40 ponto cada.	<ul style="list-style-type: none"> - Nota mínima 6,00 pontos. - Para a formação do cadastro de reserva de candidatos, serão convocados para a próxima etapa: - Os 20 (vinte) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, respeitada a ordem de classificação por notas, e os empatados nessa posição; - Pessoa com Deficiência: todos os candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição; - Autodeclarados Negros (pretos ou pardos): os 4 (quatro) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 4ª posição. Se não houver 4 (quatro) candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) aprovados dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de 4 (quatro) candidatos. - Após a homologação da classificação final do Processo Seletivo, os candidatos da Ampla Concorrência que não obtiverem pontuação maior ou igual à do 20º candidato aprovado na Prova Escrita serão automaticamente eliminados, o mesmo acontecendo com os candidatos inscritos na condição de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) que forem aprovados na Prova Escrita, além da 4ª colocação. <p>No caso de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos), vide subitens 12.14 e 12.15 do Edital.</p>
TÍTULOS	Classificatório	3	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:

- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Disfagias
- Distúrbio Alimentar Pediátrico
- Ética Profissional do Fonoaudiólogo
- Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
- Segurança e Saúde do Trabalhador
- Voz

CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	Formação acadêmica reconhecida pelo Ministério da Educação		2,50 pontos
1.1	Doutorado	1,20 ponto	
1.2	Mestrado	0,80 ponto	
1.3	Residência	0,60 ponto	
1.4	Especialização Lato Sensu na área de Fonoaudiologia, com ênfase em Disfagia ou Título de Especialista na área de Disfagia, reconhecido pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia	0,40 ponto (máximo 0,40 ponto)	
2	Produção científica na área de Fonoaudiologia, nos últimos cinco (5) anos (o mesmo trabalho será pontuado somente uma vez)		1,00 ponto
2.1	Artigo publicado em revista indexada (LILACS, SCIELO ou MEDLINE)	0,50 ponto por artigo	
2.2	Artigo publicado em revista não indexada	0,25 ponto por artigo	
2.3	Livro publicado com ISBN	0,50 ponto por livro	
2.4	Capítulo de livro com ISBN	0,25 ponto por capítulo	
2.5	Trabalhos apresentados em congressos (temas livres ou pôsteres)	0,10 ponto por trabalho (máximo 0,50 ponto)	
3	Experiência profissional na função de Fonoaudiólogo com atuação em Disfagia, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição de tempo (*)	0,07 ponto por mês	3,50 pontos
4	Participação em atividades de atualização na área de Fonoaudiologia (congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros), nos últimos cinco (5) anos		2,00 pontos
4.1	Carga horária acima de 150 horas	0,25 ponto por atividade	
4.2	Carga horária acima de 100 a 150 horas	0,20 ponto por atividade	
4.3	Carga horária acima de 40 a 100 horas	0,15 ponto por atividade	
4.4	Carga horária acima de 20 a 40 horas	0,10 ponto por atividade (máximo 0,50 ponto)	
4.5	Carga horária de 8 a 20 horas	0,05 ponto por atividade (máximo 0,25 ponto)	
5	Atividades didáticas como docente de Graduação ou Pós-graduação na área de Fonoaudiologia, sem sobreposição de tempo	0,50 ponto por semestre	1,00 ponto

(*) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

Referências Recomendadas

ANDRADE, C. R. F.; LIMONGI, S. C. O. **Disfagia: prática baseada em evidências**. Sarvier, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994**. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. Secretaria de Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 32**. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-32.pdf/view>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. Conselho Federal de Fonoaudiologia. **Código de Ética da Fonoaudiologia**. Disponível em: <https://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/index.php/codigo-de-etica/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

DEDIVITIS, R. A.; SANTORO, P. P.; SUGUENO, L. A. **Manual prático de disfagia: diagnóstico e tratamento**. Rio de Janeiro: Revinter, 2017.

FURKIM, A. M.; RODRIGUES, K. A. **Disfagias nas unidades de terapia intensiva**. Roca, 2014.

GODAY, P. S.; HUH, S. Y.; SILVERMAN, A. *et al.* Pediatric feeding disorder: consensus definition and conceptual framework. **Journal of Pediatric Gastroenterology & Nutrition**. v. 68, n. 1, p. 124-129, jan. 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.1097/MPG.0000000000002188>. Acesso em: 13 jun. 2022.

HITOS, S. F.; PERIOTTO, M. C. **Amamentação: Atuação Fonoaudiológica - uma abordagem prática e atual**. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.

JOTZ, G. P.; CARRARA-DE ANGELIS, E. **Disfagia: abordagem clínica e cirúrgica - criança, adulto e idoso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

LEVY, D. S.; ALMEIDA, S. T. **Disfagia infantil**. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2018.

PADOVANI, A. R.; MORAES, D. P.; MANGILI, L. D.; ANDRADE, C. R. F. Protocolo fonoaudiológico do risco para disfagia. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**. v. 12, n. 3, p. 199-205, set. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516->

PROCESSO SELETIVO 13 - FONOAUDIÓLOGO I (Fonoterapia)

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 40 questões objetivas, valendo 0,25 ponto cada.	<p>- Nota mínima 6,00 pontos.</p> <p>- Para a formação do cadastro de reserva de candidatos, serão convocados para a próxima etapa:</p> <p>- Os 20 (vinte) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, respeitada a ordem de classificação por notas, e os empatados nessa posição;</p> <p>- Pessoa com Deficiência: todos os candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição;</p> <p>- Autodeclarados Negros (pretos ou pardos): os 4 (quatro) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 4ª posição. Se não houver 4 (quatro) candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) aprovados dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de 4 (quatro) candidatos.</p> <p>- Após a homologação da classificação final do Processo Seletivo, os candidatos da Ampla Concorrência que não obtiverem pontuação maior ou igual à do 20º candidato aprovado na Prova Escrita serão automaticamente eliminados, o mesmo acontecendo com os candidatos inscritos na condição de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) que forem aprovados na Prova Escrita, além da 4ª colocação.</p> <p>No caso de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos), vide subitens 12.14 e 12.15 do Edital.</p>
TÍTULOS	Classificatório	4	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:

- Aspectos básicos sobre seleção e adaptação de aparelhos de amplificação sonora individual (AASI) em diferentes faixas etárias
- Avaliação, habilitação e reabilitação de indivíduos com deficiência auditiva
- Biossegurança
- Critérios de seleção de implante coclear
- Desenvolvimento típico e alterado da fala e da linguagem
- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Ética Profissional do Fonoaudiólogo
- Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
- Implante coclear
- Legislação em saúde auditiva
- Processamento auditivo central
- Segurança e Saúde do Trabalhador
- Sistema de frequência modulada (FM)

CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	Formação acadêmica reconhecida pelo Ministério da Educação		2,50 pontos
1.1	Doutorado	1,20 ponto	
1.2	Mestrado	0,80 ponto	
1.3	Residência	0,50 ponto	
1.4	Especialização Lato Sensu na área de Fonoaudiologia, com ênfase em Audiologia ou Linguagem, ou Título de Especialista na área de Audiologia ou	0,50 ponto (máximo 0,50 ponto)	

	Linguagem, reconhecido pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia		
2	Produção científica na área de Fonoaudiologia, nos últimos cinco (5) anos (o mesmo trabalho será pontuado somente uma vez)		
2.1	Artigo publicado em revista indexada (LILACS, SCIELO ou MEDLINE)	0,50 ponto por artigo	1,50 ponto
2.2	Artigo publicado em revista não indexada	0,25 ponto por artigo	
2.3	Livro publicado com ISBN	0,50 ponto por livro	
2.4	Capítulo de livro com ISBN	0,25 ponto por capítulo	
2.5	Trabalhos apresentados em congressos (temas livres ou pôsteres)	0,10 ponto por trabalho (máximo 0,50 ponto)	
3	Experiência profissional na função de Fonoaudiólogo com atuação em Fonoterapia, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição de tempo (*)	0,06 ponto por mês	3,50 pontos
4	Participação em atividades de atualização na área de Fonoaudiologia (congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros), nos últimos cinco (5) anos		
4.1	Carga horária acima de 150 horas	0,25 ponto por atividade	1,50 ponto
4.2	Carga horária acima de 100 a 150 horas	0,20 ponto por atividade	
4.3	Carga horária acima de 40 a 100 horas	0,15 ponto por atividade	
4.4	Carga horária acima de 20 a 40 horas	0,10 ponto por atividade (máximo 0,50 ponto)	
4.5	Carga horária de 8 a 20 horas	0,05 ponto por atividade (máximo 0,25 ponto)	
5	Atividades didáticas como docente de Graduação ou Pós-graduação na área de Fonoaudiologia, sem sobreposição de tempo	0,50 ponto por semestre	1,00 ponto

(*) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

Referências Recomendadas

BRASIL. Conselho Federal de Fonoaudiologia. **Código de Ética da Fonoaudiologia**. Disponível em: [https://www.fonoaudiologia.org.br/Codigo de Etica/2021/12/codigo-de-etica-fonoaudiologia-2021.pdf](https://www.fonoaudiologia.org.br/Codigo%20de%20Etica/2021/12/codigo-de-etica-fonoaudiologia-2021.pdf). Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994**. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Instrutivos de reabilitação auditiva, física, intelectual e visual**. Seção III, Capítulo 5. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20171010/13131007-portaria-793.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.274, de 25 de junho de 2013**. Inclui o Procedimento de Sistema de Frequência Modulada Pessoal (FM) na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1274_25_06_2013.html. Acesso em: 13 de jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.776, de 18 de dezembro de 2014**. Aprova diretrizes gerais, amplia e incorpora procedimentos para a Atenção Especializada às Pessoas com Deficiência Auditiva no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2776_18_12_2014.html. Acesso em: 13 de jun. 2022.

BRASIL. Secretaria de Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 32**. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-32.pdf/view>. Acesso em: 13 jun. 2022.

PEREIRA, L. D.; SCHOCHAT, E. **Processamento auditivo central**: manual de avaliação. Pró-Fono, 2011.

SCHOCHAT, E. *et al.* **Tratado de Audiologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Manole, 2022.

PROCESSO SELETIVO 14 - MÉDICO I (Clínico: Medicina Ocupacional)

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIO PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 25 questões objetivas, valendo 0,40 ponto cada.	- Nota mínima 6,00 pontos.
TÍTULOS	Classificatório	4	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:

- Diagnóstico, tratamento e prevenção das principais doenças: cardiovasculares; respiratórias; do sistema digestivo; gênito-urinárias; metabólicas e do sistema endócrino; hematológicas; reumatológicas; oftalmológicas; otorrinolaringológicas; neurológicas; ortopédicas; psiquiátricas; infecciosas e transmissíveis; dermatológicas;

- imunológicas
- Atestados e registros médicos
- Legislação trabalhista e previdenciária
- Normas Regulamentadoras (NR-1 até a NR-37)
- Política Nacional de Humanização
- Princípios do SUS
- Promoção da saúde do adulto e prevenção de doenças crônicas
- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Ética médica
- Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
- Segurança e Saúde do Trabalhador

CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	Formação acadêmica/profissional reconhecida pelo Ministério da Educação		3,00 pontos
1.1	Doutorado	2,00 pontos	
1.2	Mestrado	1,00 ponto	
1.3	Residência em outras áreas da Clínica Médica, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica ou Título de Especialista em outras áreas médicas, reconhecido pela Associação Médica Brasileira, exceto pré-requisito (*)	1,50 ponto	
2	Produção científica na área de Clínica Médica, outras áreas da Clínica Médica, Medicina de Família e Comunidade ou Medicina do Trabalho, nos últimos cinco (5) anos (o mesmo trabalho será pontuado somente uma vez)		1,00 ponto
2.1	Artigo publicado em revista indexada (LILACS, SCIELO ou MEDLINE)	0,50 ponto por artigo	
2.2	Artigo publicado em revista não indexada	0,10 ponto por artigo (máximo 0,50 ponto)	
2.3	Livro publicado com ISBN	0,50 ponto por livro	
2.4	Capítulo de livro com ISBN	0,10 ponto por artigo (máximo 0,50 ponto)	
3	Experiência profissional na função de Médico na área de Clínica Médica, outras áreas da Clínica Médica ou Medicina de Família e Comunidade, nos últimos cinco (5) anos (**)	0,07 ponto por mês	4,00 pontos
4	Participação em atividades de atualização nas áreas de Clínica Médica, outras áreas da Clínica Médica, Medicina de Família e Comunidade ou Medicina do Trabalho (congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros, palestras) nos últimos cinco (5) anos		1,00 ponto
4.1	Como palestrante, coordenador de mesa, debatedor, comentarista ou moderador	0,25 ponto por atividade	
4.2	Participação em eventos, com carga horária mínima de 8 horas	0,10 ponto por atividade (máximo 0,50 ponto)	
4.3	Trabalhos apresentados em congressos (temas livres ou pôsteres)	0,10 ponto por atividade (máximo 0,50 ponto)	
5	Atividades didáticas na área de Clínica Médica, outras áreas da Clínica Médica, Medicina de Família e Comunidade ou Medicina do Trabalho		1,00 ponto
5.1	Como docente	0,50 ponto por semestre	
5.2	Como preceptor de residência	0,25 ponto por semestre	

(*) Os títulos utilizados para comprovação de pré-requisito não serão considerados para pontuação na Prova de Títulos. Sendo assim, para pontuação do subitem 1.3, o candidato deverá apresentar, em conjunto, o comprovante do pré-requisito.

(**) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

Referências Recomendadas

BRASIL. **Cadernos HumanizaSUS: Atenção Hospitalar**. Vol. 3. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizasus_atencao_hospitalar.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. **Humaniza SUS: Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização: Documento Base para Gestores e Trabalhadores do SUS**. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. **Programa de Formação em saúde do Trabalhador**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_formacao_saude_trabalhador.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Hospital de Clínicas de Porto Alegre. **PROQUALIS**. Metas Internacionais de Segurança do Paciente. Disponível em: <http://proqualis.net/noticias/hcpa-lan%C3%A7a-v%C3%ADdeo-sobre-metas-internacionais-de-seguran%C3%A7a-do-paciente>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pós-Exposição (PEP) de Risco à Infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2021/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-profilaxia-pos-exposicao-pep-de-risco>. Acesso em: 20 de jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Vigilância em Saúde. **Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil**. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_recomendacoes_controle_tuberculose_brasil_2_ed.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Normas Regulamentadoras**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Conselho Federal de Medicina. **Código de Ética Médica**. Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018, modificada pelas Resoluções CFM nº 2.222/2018 e 2.226/2019. Disponível em: <http://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Conselho Federal de Medicina. **Código de Processo Ético-Profissional (Atual) Conselho Federal de Medicina por meio da Resolução CFM nº 2.306/2022**, publicada no Diário Oficial da União em 25 de março de 2022. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/etica-medica/codigo-de-processo-etico-profissional-atual/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Conselho Federal de Medicina. **Resolução CFM nº 1.658/2002**. Normatiza a emissão de atestados médicos e dá outras providências. Revogam-se as Resoluções CFM nºs 982/79, 1484/97 e 1548/99 (Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, n. 246, 20 dez. 2002. Seção 1, p. 422). Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2002/1658>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Conselho Federal de Medicina. **Resolução CFM nº 1.851/2008**. Altera o art. 3º da Resolução CFM nº 1.658, de 13 de fevereiro de 2002, que normatiza a emissão de atestados médicos e dá outras providências. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2008/1851>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Conselho Federal de Medicina. **Resolução CFM nº 2.297/2021**. Dispõe de normas específicas para médicos que atendem o trabalhador Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2021/2297>. Acesso em: 20 jun. 2022.

DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. I.; GIUGLIANI, E. R. J.; DUNCAN, M. S.; GIUGUANI, C. **Medicina Ambulatorial: Condutas de Atenção Primária Baseadas em Evidências**. 5. ed. Artmed Editora, 2022.

GUSSO, G.; LOPES, J. M. C.; DIAS, L. C. **Tratado de medicina de família e comunidade: princípios, formação e prática**. 2. ed. Artmed, 2019.

LADOU, J.; HARRISON, R. J. (Orgs). **Current medicina ocupacional e ambiental: diagnóstico e tratamento**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

PAPADAKIS, M. A.; MCPHEE, S. J.; RABOW, M. W. **Current Medical Diagnosis and Treatment**. 61. ed. New York: Lange Medical Books/McGraw-Hill, 2022.

PROCESSO SELETIVO 15 - MÉDICO I (Hebiatra)

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIO PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 25 questões objetivas, valendo 0,40 ponto cada.	- Nota mínima 6,00 pontos.
TÍTULOS	Classificatório	4	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:

- Acne
- Anticoncepção
- Artrite aguda
- Consulta do adolescente
- Crescimento e desenvolvimento normal na adolescência
- Depressão
- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Dislipidemia
- Dismenorreia
- Ética e Bioética
- Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
- Ginecomastia
- Hipertensão arterial
- Imunizações
- Imunizações em situações especiais

- Incongruência de gênero
- Infecções sexualmente transmissíveis
- Infecções urinárias
- Marco legal de saúde dos adolescentes
- Problemas no desenvolvimento puberal
- Problemas ortopédicos
- Problemas urológicos
- Puberdade precoce
- Queixas clínicas comuns em adolescentes
- Segurança e Saúde do Trabalhador
- Segurança no trânsito
- Transtornos alimentares
- Uso de bebidas alcoólicas
- Uso de drogas
- Uso de esteroides anabolizantes
- Violência

CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	Formação acadêmica/profissional reconhecida pelo Ministério da Educação		2,50 pontos
1.1	Doutorado	1,50 ponto	
1.2	Mestrado	1,00 ponto	
1.3	Residência, Certificado de Área de Atuação ou Título de Especialista em Hepatologia/Adolescência, exceto pré-requisito (*)	1,50 ponto	
1.4	Residência em outras áreas da medicina, exceto pré-requisito (*)	0,30 ponto	
2	Produção científica na área de Adolescência, nos últimos cinco (5) anos (o mesmo trabalho será pontuado somente uma vez)		1,00 ponto
2.1	Artigo publicado em revista indexada (LILACS, SCIELO ou MEDLINE)	0,50 ponto por artigo	
2.2	Artigo publicado em revista não indexada	0,20 ponto por artigo	
2.3	Livro publicado com ISBN	0,50 ponto por livro	
2.4	Capítulo de livro com ISBN	0,20 ponto por capítulo (máximo 1,00 ponto)	
2.5	Trabalho apresentado em congresso (temas livres ou pôsteres)	0,10 ponto por trabalho (máximo 0,50 ponto)	
2.6	Conferência ou palestra proferida	0,20 ponto por conferência (máximo 0,80 ponto)	
3	Experiência profissional na área de Adolescência, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição de tempo (**)	0,20 ponto por mês	2,50 pontos
4	Participação em atividades de atualização na área da Adolescência (congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros), nos últimos cinco (5) anos		1,00 ponto
4.1	Carga horária acima de 100 horas	0,20 ponto por atividade	
4.2	Carga horária acima de 40 a 100 horas	0,10 ponto por atividade	
4.3	Carga horária de 16 a 40 horas	0,05 ponto por atividade	
5	Atividades didáticas na área da Pediatria e/ou Adolescência		3,00 pontos
5.1	Como docente de graduação ou pós-graduação	0,50 ponto por mês	
5.2	Como preceptor de residência médica	0,30 ponto por mês	

(*) Os títulos utilizados para comprovação de pré-requisito não serão considerados para pontuação na Prova de Títulos. Sendo assim, para pontuação do subitem 1.3 e 1.4, o candidato deverá apresentar, em conjunto, o comprovante do pré-requisito.

(**) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

Referências Recomendadas

BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 22 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 22 jun. 2022.

BRASIL. Secretaria de Trabalho. Norma Regulamentadora nº 32. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-32.pdf/view>. Acesso em: 22 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Proteger**

e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 233 p. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica_2ed.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP - Departamento Científico de Adolescência No 9, 2018 - **Acne na Adolescência**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/acne-na-adolescencia/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

_____. Departamento Científico de Adolescência nº 7, 2018 - **Anticoncepção na Adolescência**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/anticoncepcao-na-adolescencia/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP - Departamento Científico de Reumatologia nº 12, 2020 - **Artrite Aguda em crianças e adolescentes**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/artrite-aguda-em-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP - Departamento Científico de Adolescência nº 10, 2019 - **Consulta do adolescente: Abordagem clínica, orientações éticas e legais como instrumentos ao Pediatra**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/consulta-do-adolescente-abordagem-clinica-orientacoes-eticas-e-legais-como-instrumentos-ao-pediatra/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP - Departamento Científico Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento nº 8, 2019 - **Depressão na Infância e Adolescência**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/aumento-da-depressao-na-infancia-e-adolescencia-preocupa-pediatras/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP - Departamento Científico de Endocrinologia, nº 8, 2020 - **Dislipidemia na criança e no adolescente: Orientações para o Pediatra**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/dislipidemia-na-crianca-e-no-adolescente-orientacoes-para-o-pediatra/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP - Departamento Científico de Adolescência nº 18, 2020 - **Dismenorreia Primária em Adolescentes: Estado de arte**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/dismenorreia-primaria-em-adolescentes-estado-da-arte/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP - Departamento Científico de Endocrinologia nº 15, 2022 - **Ginecomastia da Adolescência**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/ginecomastia-da-adolescencia/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP - Departamento Científico de Nefrologia nº 2, 2019 - **Hipertensão Arterial na Infância e Adolescência**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/hipertensao-arterial-na-infancia-e-adolescencia/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP - Departamento Científico de Imunizações nº 10, 2021 - **Calendário de Vacinação da SBP 2021**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/calendario-de-vacinacao-da-sbp-2021/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP - Departamento Científico de Imunizações nº 10, 2020 - **Imunização de crianças e adolescentes em situações especiais**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/imunizacao-de-criancas-e-adolescentes-em-situacoes-especiais/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP - Departamento Científico de Adolescência nº 16, 2020 - **Incongruência/Disforia de Gênero Atualizado e Revisado**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/incongruenciadisforia-de-genero-atualizado-e-revisado/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP - Departamento Científico de Adolescência nº 6, 2018 - **Infecções Sexualmente Transmissíveis na Adolescência**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/infecoes-sexualmente-transmissiveis-na-adolescencia/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP - Departamento Científico de Endocrinologia nº 14, 2022 - **Como avaliar e tratar Adolescentes com puberdade atrasada**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/como-avaliar-e-tratar-adolescentes-com-puberdade-atrasada/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP - Departamento Científico de Segurança nº 3, 2019 - **O pediatra e a segurança dos ocupantes de veículos automotores**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/o-pediatra-e-a-seguranca-dos-ocupantes-de-veiculos-automotores/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP - Departamento Científico de Adolescência nº 21, 2021 - **Transtornos alimentares na Adolescência: Anorexia e Bulimia em tempos de pandemia**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/transtornos-alimentares-na-adolescencia-anorexia-e-bulimia-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP - Departamento Científico de Adolescência nº 22, 2021 - **Bebidas alcoólicas e os prejuízos à saúde da criança e do adolescente - atualização 2021**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/bebidas-alcoolicas-e-os-prejuizosa-saude-da-crianca-e-do-adolescente-atualizacao-2021/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP - Departamento Científico de Endocrinologia nº 11, 2021 - **Uso de esteroides anabolizantes androgênicos por adolescentes: uma realidade**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/uso-de-esteroides-anabolizantes-androgenicos-por-adolescentes-uma-realidade/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP - Departamento Científico de Adolescência nº 8, 2018 - **Violência e saúde de adolescentes e jovens - Como o pediatra deve proceder?** Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/violencia-e-saude-de-adolescentes-e-jovens-como-o-pediatra-deve-proceder/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

PROCESSO SELETIVO 16 - MÉDICO I (Neurocirurgia)

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIO PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 25 questões objetivas, valendo 0,40 ponto cada.	- Nota mínima 6,00 pontos.
TÍTULOS	Classificatório	4	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:

- Acidente vascular cerebral isquêmico e hemorrágico: fisiopatologia, diagnóstico e tratamento
- Anatomia microcirúrgica e acessos cirúrgicos
- Aneurismas e malformações vasculares no SNC
- Bases embriológicas, anatômicas e fisiológicas em neurocirurgia
- Cuidados pré e pós-operatórios em neurocirurgia
- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Discopatias e espondilopatias
- Dor: fisiopatologia e tratamento
- Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
- Hidrocefalia da infância e do adulto
- Hipertensão intracraniana: fisiopatologia, quadro clínico, diagnóstico e tratamento
- História da Neurocirurgia
- Infecções e infestações do SNC
- Lesões traumáticas de nervos periféricos
- Malformações congênitas do SNC
- Métodos diagnósticos em neurocirurgia
- Neoplasias do sistema nervoso periférico
- Neurocirurgia funcional
- Princípios gerais das técnicas neurocirúrgicas
- Segurança e Saúde do Trabalhador
- TCE: fisiopatologia, diagnóstico, tratamento e reabilitação
- TRM: fisiopatologia, diagnóstico, tratamento e reabilitação
- Tumores intracranianos em adultos e na infância
- Tumores ósseos e orbitários
- Tumores raquimedulares em adultos e na infância
- Tumores selares e paraselares

CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	Formação acadêmica reconhecida pelo Ministério da Educação		2,00 pontos
1.1	Doutorado	2,00 pontos	
1.2	Mestrado	1,00 ponto	
2	Produção científica na área de Neurocirurgia, nos últimos cinco (5) anos (o mesmo trabalho será pontuado somente uma vez).		2,50 pontos
2.1	Artigo publicado em revista indexada (LILACS, SCIELO ou MEDLINE)	0,50 ponto por artigo	
2.2	Artigo publicado em revista não indexada	0,20 ponto por artigo	
2.3	Livro publicado com ISBN	0,50 ponto por livro	
2.4	Capítulo de livro com ISBN	0,20 ponto por capítulo (máximo 1,00 ponto)	
2.5	Trabalho apresentado em congresso (temas livres ou pôsteres)	0,10 ponto por trabalho (máximo 0,50 ponto)	
2.6	Conferência ou palestra proferida	0,20 ponto por conferência (máximo 0,80 ponto)	
3	Experiência profissional na área de Neurocirurgia, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição de tempo (*)	0,06 ponto por mês	3,50 pontos
4	Participação em atividades de atualização na área de Neurocirurgia (congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros), nos últimos cinco (5) anos		1,00 ponto
4.1	Carga horária acima de 100 horas	0,20 ponto por atividade	
4.2	Carga horária acima de 40 a 100 horas	0,10 ponto por atividade	

4.3	Carga horária de 16 a 40 horas	0,05 ponto por atividade	
5	Atividades didáticas na área da Neurocirurgia nos últimos cinco (5) anos		1,00 ponto
5.1	Como docente de graduação ou pós-graduação	0,50 ponto por semestre	
5.2	Como preceptor de residência médica	0,30 ponto por semestre	

(*) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

Referências Recomendadas

ALBRIGHT, A. L. et al. **Principles and Practice of Pediatric Neurosurgery**. 3. ed. Thieme, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994**. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 22 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 22 jun. 2022.

BRASIL. Secretaria de Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 32**. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-32.pdf/view>. Acesso em: 22 jun. 2022.

CHAVES M. L. F. et al. **Rotinas em Neurologia e Neurocirurgia**. ARTMED, 2008.

GREENBERG, M. S. **Handbook of Neurosurgery**. 9. ed. Thieme, 2020.

JOTZ, G. P. **Neuroanatomia Clínica e Funcional**. 1. ed. Elsevier, 2017.

RHOTON, A. **Rhoton Crânio Anatomia e Acessos Cirúrgicos**. Neurosurgery. ed. Di Livros, 2009.

SIQUEIRA, M. **Tratado de Neurocirurgia**. São Paulo: Editora Manole, 2016.

WIN, A.; YOUMANS, J. R. **Youmans Neurological Surgery**. W.B. Saunders, 2005. 5. ed. Vol. I, II, III e IV.

PROCESSO SELETIVO 17 - MÉDICO I (Nutrologia)

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIO PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 25 questões objetivas, valendo 0,40 ponto cada.	- Nota mínima 6,00 pontos.
TÍTULOS	Classificatório	4	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:

- Aspectos nutrológicos de cuidados paliativos e final de vida
- Avaliação nutricional e diagnóstica do estado nutricional
- Cirurgia metabólica: indicações, tipos, consequências a curto e longo prazo
- Deficiências e excesso de vitaminas e minerais
- Desnutrição e caquexia: fisiopatologia, causas, consequências e manejo
- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Distúrbios ácido-base e eletrólitos
- Epidemiologia Básica
- Equipe multidisciplinar de terapia enteral e parenteral
- Ética e Bioética
- Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
- Manejo nutrológico das seguintes enfermidades:
 - anemias nutricionais
 - diabetes melitus
 - dislipidemia
 - doença inflamatória intestinal
 - fístulas enterais
 - hipertensão arterial sistêmica
 - insuficiência cardíaca
 - insuficiência hepática aguda e crônica
 - insuficiência renal aguda e crônica
 - intolerância à lactose
 - osteoporose
 - transplante de medula óssea
- Manejo nutrológico do paciente em pós-operatório e doente crítico
- Necessidades nutricionais de macronutrientes, minerais e vitaminas nas diferentes fases da vida em situações de saúde e doença

- Nutrição e infecção
- Nutrição enteral: indicações, tipos, manejo e complicações
- Nutrição parenteral: indicações, acessos, composição, manejo e complicações
- Obesidade: fisiopatologia, causas, consequências e manejo
- Segurança e Saúde do Trabalhador
- Síndrome do intestino curto: fisiopatologia, causas, consequências e manejo
- Tipos de dietas e suplementos nutricionais

CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	Formação acadêmica/profissional reconhecida pelo Ministério da Educação		3,50 pontos
1.1	Doutorado	2,50 pontos	
1.2	Mestrado	2,00 pontos	
1.3	Título de Especialista em Nutrologia, fornecido pela Associação Brasileira de Nutrologia ou Nutrição Enteral e Parenteral, fornecido pela Associação Brasileira de Terapia Enteral e Parenteral, exceto pré-requisito (*)	1,00 ponto	
1.4	Residência Médica ou Título de Especialista em outras especialidades médicas (*)	0,50 ponto (máximo 1,00 ponto)	
2	Produção científica na área de Nutrologia, nos últimos cinco (5) anos (o mesmo trabalho será pontuado somente uma vez).		1,50 ponto
2.1	Artigo publicado em revista indexada (LILACS, SCIELO ou MEDLINE)	0,50 ponto por artigo	
2.2	Livro publicado com ISBN	0,50 ponto por livro	
2.3	Capítulo de livro com ISBN	0,25 ponto por capítulo	
2.4	Trabalho apresentado em congresso (temas livres ou pôsteres)	0,10 ponto por trabalho (máximo 0,50 ponto)	
3	Experiência profissional na função de Médico Nutrólogo, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição de tempo (**)		3,00 pontos
3.1	Em assistência médica	0,10 ponto por mês (máximo 2,00 pontos)	
3.2	Participação em Equipe Multidisciplinar de Terapia Nutricional (EMTN) (***)	0,05 ponto por mês (máximo 1,00 ponto)	
4	Participação em atividades de atualização na área de Nutrologia (congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros), nos últimos cinco (5) anos, com carga horária mínima de 16 horas		1,00 ponto
4.1	Como palestrante / conferencista	0,25 ponto por atividade	
4.2	Como participante	0,10 ponto por atividade	
5	Atividades didáticas na área de Nutrologia		1,00 ponto
5.1	Como docente ou preceptor de residência	0,05 ponto por mês	

(*) Os títulos utilizados para comprovação de pré-requisito não serão considerados para pontuação na Prova de Títulos. Sendo assim, para pontuação do subitem 1.3 e 1.4, o candidato deverá apresentar, em conjunto, o comprovante do pré-requisito.

(**) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

(***) Para comprovação da participação em Equipe Multidisciplinar de Terapia Nutricional (EMTN), o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando a atuação no grupo de trabalho, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

Referências Recomendadas

BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria nº 272, de 8 de abril de 1998. Regulamento para a Terapia de Nutrição Parenteral. Brasília. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0272_08_04_1998.html. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 503, de 27 de maio de 2021. Regulamento Técnico para a Terapia de Nutrição Enteral. Brasília. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2020/rdc0503_27_05_2021.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria nº 343, de 7 de março de 2005. Institui no âmbito do SUS, mecanismos para implantação da assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional. Brasília. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt0343_07_03_2005.html. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Secretaria de Trabalho. Norma Regulamentadora nº 32. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-32.pdf/view>. Acesso em: 15 jun. 2022.

DUNCAN, B. B. et al. (org.). **Medicina ambulatorial**: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. 2 v.

FLETCHER, R. H. **Epidemiologia Clínica**: elementos essenciais. 4. ed. Artmed, 2006.

GOLDIM, J. R. **Bioética e Interdisciplinaridade**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/biosubj.htm>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MUELLER, C. M. The A.S.P.E.N. **Adult Nutrition Support Core Curriculum**. 3. ed. 2018.

NASCIMENTO, J. E. A. et al. Organização **Acerto**: acelerando a recuperação total pós-operatória / organização. 4. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2020. ISBN 978-85-8411-133-6.

PERTKIEWICZ, M.; DUDRICK, S. J. **Parenteral nutrition**. In: Sobotka L, editor. Basics in Clinical Nutrition. Prague: Galen, 2011: 348-417.

TOLEDO, D. O.; CASTRO, M. **Terapia Nutricional em UTI**. São Paulo: Editora Rubio, 2015.

UPTODATE. Publicações até junho de 2022. Disponível em: <https://www.uptodate.com/contents/search>. Acesso em: 17 jun. 2022.

PROCESSO SELETIVO 18 - MÉDICO I (Tratamento da Dor e Medicina Paliativa)

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIO PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 25 questões objetivas, valendo 0,40 ponto cada.	- Nota mínima 6,00 pontos.
TÍTULOS	Classificatório	4	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:

- Abordagem psiquiátrica em paciente com dor crônica
- Anestesia condutiva e bloqueio neurolítico em tratamento da dor
- Avaliação da dor
- Avaliação do paciente e indicações em cuidados paliativos
- Bioética no manejo e princípios em dor e cuidados paliativos
- Comunicação em cuidados paliativos
- Critérios diagnósticos das principais síndromes dolorosas
- Cuidados em fim de vida
- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Ética e Bioética
- Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
- Manejo da dor oncológica
- Manejo de problemas emocionais entre paciente, família e profissionais no cuidado paliativo
- Manejo de sintomas físicos em cuidados paliativos
- Manejo farmacológico da dor: analgésicos opióides, não opióides, adjuvantes
- Manejo não farmacológico da dor
- Neurocirurgia em tratamento da dor
- Neurofisiologia e anatomia da dor
- Neuromodulação periférica e transcraniana
- Princípios básicos de cuidados paliativos
- Princípios básicos de epidemiologia aplicada à pesquisa clínica
- Princípios básicos de Medicina Baseada em Evidências
- Princípios do manejo da dor crônica não oncológica
- Psicopatogenia da dor
- Sedação em cuidados paliativos
- Segurança e Saúde do Trabalhador
- Taxonomia das síndromes dolorosas
- Tratamento da dor na criança e no idoso

CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	Formação acadêmica reconhecida pelo Ministério da Educação		3,00 pontos
1.1	Doutorado	2,00 pontos	
1.2	Mestrado	1,00 ponto	
1.3	Certificado de Área de Atuação em Medicina da Dor e/ou Medicina Paliativa, fornecido pela Associação Médica Brasileira, exceto pré-requisito (*)	2,00 pontos	

2	Produção científica na área de Tratamento da Dor e/ou Cuidados Paliativos, nos últimos cinco (5) anos (o mesmo trabalho será pontuado somente uma vez)		
2.1	Artigo publicado em revista indexada (LILACS, SCIELO ou MEDLINE)	0,50 ponto por artigo	2,00 pontos
2.2	Livro publicado com ISBN	0,50 ponto por livro	
2.3	Capítulo de livro com ISBN	0,20 ponto por capítulo	
2.4	Trabalho apresentado em congresso (temas livres ou pôsteres)	0,05 ponto por trabalho	
3	Experiência profissional como Médico, na área de Tratamento da Dor e/ou Cuidados Paliativos, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição de tempo (**)		
3.1	Em hospital	0,10 ponto por mês	3,00 pontos
3.2	Em outras instituições de saúde	0,05 ponto por mês	
4	Participação em atividades de atualização na área de Tratamento da Dor e/ou Cuidados Paliativos (congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros, palestras) nos últimos cinco (5) anos		
4.1	Como participante, com carga horária mínima de 10h	0,05 ponto por atividade (máximo 0,50 ponto)	1,00 ponto
4.2	Como palestrante	0,10 ponto por palestra	
5	Atividades didáticas na área de Tratamento da Dor e/ou Cuidados Paliativos		
5.1	Como preceptor de residência	0,10 ponto por semestre	1,00 ponto

(*) Os títulos utilizados para comprovação de pré-requisito não serão considerados para pontuação na Prova de Títulos. Sendo assim, para pontuação do subitem 1.3, o candidato deverá apresentar, em conjunto, o comprovante do pré-requisito.

(**) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

Referências Recomendadas

- BALLANTYNE, J. C.; M. D.; FISHMAN, S. M.; RATHMELL, J. P. **Bonica's Management of Pain**. 5. ed. Philadelphia Pennsylvania: Lippincott Williams & Wilkins (LWW), 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994**. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Cuidados Paliativos**. São Paulo: Hospital Sírio Libanês. Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2020/September/17/Manual-CuidadosPaliativos-vers--o-final.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- BRASIL. Secretaria de Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 32**. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-32.pdf/view>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- BRASIL. **Problemas de Fim de Vida: Paciente Terminal, Morte e Morrer**. Disponível em: <http://www.bioetica.ufrgs.br/morteres.htm>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1083, de 02 de outubro de 2012. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Dor Crônica**. Disponível em: <http://www.fehosp.com.br/app/webroot/files/circulares/c79c9e444df73d6ddfb2f21131c22ebb.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- CASTILHO, R. K.; DA SILVA, V. C. S.; PINTO, C. S. **Manual de Cuidados Paliativos ANCP**. 3. ed. Atheneu, 2021.
- CHERNY, N. I.; FALLON, M. T.; KAASA, S.; PORTENOY, R. K.; CURROW, D. C. **Oxford Palliative Medicine**. 5. ed. Oxford University Press, 2015. ISBN: 0199656096.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Código de Ética Médica: **Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018, modificada pelas Resoluções CFM nº 2.222/2018 e 2.226/2019**. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- GOLDIM, J. R. **Bioética e Interdisciplinaridade**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/biosubj.htm>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- HULLEY, S. B.; CUMMINGS, S. R.; BROWNER, W. S.; GRADY, D.; HEARST, N.; NEWMAN, T. B. **Delineando a Pesquisa Clínica**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- MCMAHON, S. B.; KOLTZENBURG, M.; TRACEY, I.; TURK, D. C. **Wall & Melzack's Textbook of Pain London Pain**. 6. ed. Consortium & King's College London, UK. Elsevier Health Sciences, 2013.
- POSSO, I.; GROSSMANN, E.; FONSECA, P.; PERISSINOTTI, D.; OLIVEIRA, J. J.; SOUZA, J.; SERRANO, S.; VALL, J. SBED. Sociedade Brasileira para Estudo da Dor. **Tratado de Dor**. 1. ed. 2017.
- SIMONS, D.; TRAVEL, J. **Dor e Disfunção Miofascial**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2020.

Cargos de Nível Médio:

PROCESSO SELETIVO 19 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM (Cuidados Coronarianos)

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 25 questões objetivas, valendo 0,40 ponto cada.	<p>- Nota mínima 6,00 pontos.</p> <p>- Os candidatos que não obtiverem a pontuação mínima estipulada nesta etapa, serão automaticamente eliminados.</p> <p>- Para a formação do cadastro de reserva de candidatos, serão convocados para a próxima etapa:</p> <p>- Os 50 (cinquenta) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, respeitada a ordem de classificação por notas, e os empatados nessa posição;</p> <p>- Pessoa com Deficiência: todos os candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição;</p> <p>- Autodeclarados Negros (pretos ou pardos): os 10 (dez) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 10ª posição. Se não houver 10 (dez) candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) aprovados dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de 10 (dez) candidatos.</p> <p>- Após a homologação da classificação final do Processo Seletivo, os candidatos da Ampla Concorrência que não obtiverem pontuação maior ou igual à do 50º candidato aprovado na Prova Escrita serão automaticamente eliminados, o mesmo acontecendo com os candidatos inscritos na condição de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) que forem aprovados na Prova Escrita, além da 10ª colocação.</p> <p>No caso de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos), vide subitens 12.14 e 12.15 do Edital.</p>
TÍTULOS	Classificatório	4	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:

- A humanização do cuidado de enfermagem e a integração da família no cuidado de enfermagem em paciente crítico
- Aspectos da Bioética no atendimento ao paciente criticamente enfermo
- Atendimento à parada cardiorrespiratória
- Avaliação e registro da dor
- Avaliação física e neurológica do paciente crítico
- Cuidados de enfermagem na prevenção de eventos adversos tais como: lesão por pressão, quedas do leito, erros de medicação, infecções e outros
- Cuidados de enfermagem no atendimento às necessidades integrais do paciente cardiovascular crítico, incluindo pacientes em ventilação mecânica invasiva e não-invasiva, suporte cardiovascular, pré-operatório de transplante cardíaco e pós intervenção cardiovascular
- Cuidados de enfermagem no preparo para exames de imagem e realização de eletrocardiograma
- Cuidados no preparo e na administração de medicamentos
- Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
- Medidas de segurança para o paciente e o trabalhador: aspectos de biossegurança e cuidados com o manuseio e descarte de resíduos sólidos, materiais biológicos e medicamentos
- Princípios de ergonomia no trabalho, causas e formas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho. Uso de equipamentos de proteção individual e coletiva
- Reconhecimento de sinais e sintomas de alterações de sinais clínicos e cardiovasculares
- Registros de enfermagem e comunicação entre os membros da equipe de saúde

CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	Experiência profissional na função de Técnico de Enfermagem, nos últimos cinco (5) anos, sem sobreposição de tempo (*)		7,50 pontos
1.1	Em Unidade de Tratamento Intensivo Adulto Cardiovascular	0,25 ponto por mês	
1.2	Em Unidade de Tratamento Intensivo Adulto	0,20 ponto por mês	
1.3	Em outras áreas assistenciais de cuidados cardiovasculares	0,15 ponto por mês	

1.4	Em outras áreas assistenciais hospitalares	0,10 ponto por mês (máximo 3,00 pontos)	
2	Participação em atividades de atualização na área de Enfermagem (congressos, fóruns, simpósios, jornadas, cursos, encontros), nos últimos cinco (5) anos		2,50 pontos
2.1	Em cardiologia	0,20 ponto por atividade	
2.2	Em outras áreas da Enfermagem, com carga horária acima de 20 horas	0,10 ponto por atividade (máximo 1,00 ponto)	
2.3	Em outras áreas da Enfermagem, com carga horária até 20 horas	0,05 ponto por atividade (máximo 1,00 ponto)	

(*) Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

Referências Recomendadas

AMERICAN HEART ASSOCIATION. Destaque das Diretrizes da American Heart Association 2020 para RCP e ACE. Disponível em: https://cpr.heart.org/-/media/cpr-files/cpr-guidelines-files/highlights/hghlghts_2020eccguidelines_portuguese.pdf. Acesso em 29 jun. 2022.

BARCELLOS, R. A., CHATKIN, J. M. Impacto de uma lista de verificação multiprofissional nos tempos de ventilação mecânica invasiva e de permanência em UTI. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**. v. 46, n. 3, p. e20180261. Disponível em: http://www.jornaldepneumologia.com.br/detalhe_artigo.asp?id=3322. Acesso em 29 jun. 2022.

BRASIL. ANVISA. **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de março de 2018**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994**. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html/print/. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. ANVISA. **Resolução - RDC nº 36, de 25 de julho de 2013**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html. Acesso em 29 jun. 2022.

BRASIL. ANVISA. **Resolução - RDC nº 7, de 24 de fevereiro de 2010**. Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0007_24_02_2010.html. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. Secretaria de Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 32**. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-32.pdf/view>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. **Protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos**. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/01/protoc_identificacaoPaciente.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº 311/2007**. Aprova a Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-3112007_4345.html. Acesso em: 29 jun. 2022.

PACHA, H. H. P. *et al.* **Lesão por pressão em Unidade de Terapia Intensiva**: estudo de caso-controle. *Rev. Bras. Enferm.* Brasília, v. 71, n. 6, p. 3027-3034, dez. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018000603027&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jun. 2022.

PADILHA, K. G.; VATTIMO M. F. F.; SILVA S. C. de; *et al.* **Enfermagem em UTI - Cuidando do Paciente Crítico - Série Enfermagem**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2016.

REDE BRASILEIRA DE ENFERMAGEM E SEGURANÇA DO PACIENTE. **Estratégias para a segurança do paciente**: manual para profissionais da saúde. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Estrat%C3%A9gias-para-seguran%C3%A7a-do-paciente-manual-para-profissionais-da-sa%C3%BAde.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

TIMBY, B. K. **Conceitos e habilidades fundamentais no atendimento de enfermagem**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

TORRIANI, M. S. *et al* org. **Medicamentos de A a Z- 2016-2018**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

WOODS, S. L. *et al.* **Enfermagem em Cardiologia**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2005.

PROCESSO SELETIVO 20 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO II (Técnico de Eletrônica)

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA E DE TÍTULOS
--------	---------	------	---------------------	--

ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 40 questões objetivas, sendo 5 questões de Português, 5 de Matemática e 30 de Conhecimentos Específicos, valendo 0,25 ponto cada.	<p>- Nota mínima 6,00 pontos;</p> <p>- Os candidatos deverão acertar no mínimo 2 questões de Português e 2 questões de Matemática. Os candidatos que não obtiverem a pontuação mínima estipulada nesta etapa serão automaticamente eliminados.</p> <p>- Para a formação de cadastro de candidatos, incluindo Ampla Concorrência, Pessoa com Deficiência (PcD) e Autodeclarados Negros (AN), serão convocados para a próxima etapa:</p> <p>- Ampla Concorrência: os 10 (dez) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, respeitada a ordem de classificação por notas, e os empatados nessa posição;</p> <p>- Pessoa com Deficiência: todos os candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição;</p> <p>- Autodeclarados Negros (pretos ou pardos): os 2 (dois) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 2ª posição. Se não houver 2 (dois) candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) aprovados dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de 2 (dois) candidatos.</p> <p>- Após a homologação da classificação final do Processo Seletivo, os candidatos da Ampla Concorrência que não obtiverem pontuação maior ou igual à do 10º candidato aprovado na Prova Escrita serão automaticamente eliminados, o mesmo acontecendo com os candidatos inscritos na condição de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) que forem aprovados na Prova Escrita, além da 2ª colocação.</p> <p>No caso de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos), vide subitens 12.14 e 12.15 do Edital.</p>
PRÁTICA	Eliminatório e classificatório	3	Conforme conteúdo da "Prova Prática".	- Nota mínima 6,00 pontos.
TÍTULOS	Classificatório	1	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	

CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:

- **Português:**
 - Sistema ortográfico oficial
 - Uso adequado das classes de palavras
 - Formação de palavras
 - A oração - período simples e período composto (coordenação e subordinação)
 - Crase
 - Concordância nominal e verbal
 - Regência nominal e verbal
 - Elementos de estruturação do texto: recursos de coesão
 - Função referencial de pronomes; uso de nexos para estabelecer relações entre segmentos do texto
 - Leitura e interpretação de texto
- **Matemática:** Números relativos inteiros, fracionários, decimais e reais: operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). Expressões numéricas e algébricas. Equações de 1º e 2º grau. Funções. Sistemas de medidas e conversões de unidades de medidas (tempo, distância, área, massa, volume e temperatura). Sistema internacional de unidades. Razões e proporções. Regra de três simples. Sistema monetário brasileiro. Porcentagem e Juros. Geometria plana e espacial. Geometria analítica. Trigonometria do triângulo retângulo.
- **Conhecimentos Específicos:**
 - Análise de Circuitos, em Corrente Contínua e em Corrente Alternada
 - Eletrônica Analógica e Digital
 - Ética do Servidor Público
 - Microinformática
 - Segurança do Paciente e Saúde no Trabalho
 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade

CONTEÚDO DA PROVA PRÁTICA:

A Prova Prática consistirá de duas atividades, no conserto de um defeito simulado em equipamento eletroeletrônico e, na montagem de um circuito eletrônico proposto. Critérios de avaliação: pesquisa do defeito e conserto do equipamento, através da análise de circuitos eletrônicos, identificação de componentes, operação de equipamentos de teste de medição, montagem de circuitos eletrônicos e habilidade em solda.

CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	Experiência profissional como Técnico de Eletrônica, nos últimos cinco (5) anos (*)	0,10 ponto por mês	6,00 pontos
2	Participação em atividades de atualização na área de Eletrônica, nos últimos cinco (5) anos		4,00 pontos
2.1	Carga horária acima de 40 horas	0,50 ponto por atividade (máximo 2,50 pontos)	
2.2	Carga horária de 16 a 40 horas	0,25 ponto por atividade (máximo 1,50 ponto)	

(*) Para comprovação da experiência profissional como Técnico de Eletrônica, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

Referências Recomendadas

AMORIM, JR., R. P. F. **Informática Para Concursos em Saúde**. Salvador. 1. ed. Editora Sanar, 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm. Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Norma Regulamentadora nº 32**. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Norma Regulamentadora nº 10**. Segurança de instalações e serviços em eletricidade. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-10.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994**. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 22 mai. 2022.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

CEGALLA, D. P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

DANTE, L. R. **Matemática** - Volume único. São Paulo: Editora Ática, 2009.

DOLCE, O.; POMPEU, J. N. **Fundamentos de Matemática Elementar** - Volume 9: Geometria Plana. 9. ed. São Paulo: Atual Editora, 2013.

DOLCE, O.; POMPEO, J. N. **Fundamentos de Matemática Elementar** - Vol. 10: Geometria Espacial. 7. ed. São Paulo: Atual Editora, 2013.

HAZZAN, S.; IEZZI, G.; DEGENSZAJN, D. **Fundamentos de Matemática Elementar** - Volume 11: Matemática Comercial, Matemática Financeira, Estatística Descritiva. 2. ed. São Paulo: Atual Editora, 2013.

IEZZI, G.; MURAKAMI, Carlos. **Fundamentos de Matemática Elementar** - Volume 1: Conjuntos – Funções. 5. ed. São Paulo: Atual Editora, 2013.

IEZZI, G. **Fundamentos de Matemática Elementar** - Volume 3: Trigonometria. 9. ed. São Paulo: Atual Editora, 2019.

IEZZI, G. **Fundamentos de Matemática Elementar** - Volume 7: Geometria Analítica. 6. ed. São Paulo: Atual Editora, 2019.

MALVINO, A. P.; BATES, D. J. **Eletrônica**. Porto Alegre. 8. ed. Editora AMGH, 2016. V. 1.

MALVINO, A. P.; BATES, D. J. **Eletrônica**. Porto Alegre. 8. ed. Editora AMGH, 2016. V. 2.

O'MALLEY, J. **Análise de Circuitos**. Porto Alegre. 2. ed. Editora Bookman, 2014.

TOCCI, R. J.; WIDMER, N. S.; MOSS G. L. **Sistemas Digitais**. Princípios e Aplicações. São Paulo, 12. ed. Editora Pearson, 2018 r. 2021.

PROCESSO SELETIVO 21 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Sistemas Mecânicos da Central Térmica)

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA E DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 40 questões objetivas, sendo 5 questões de Português, 5 de Matemática e 30 de Conhecimentos Específicos, valendo 0,25 ponto cada.	<ul style="list-style-type: none"> - Nota mínima 6,00 pontos; - Os candidatos deverão acertar no mínimo 2 questões de Português e 2 questões de Matemática. Os candidatos que não obtiverem a pontuação mínima estipulada nesta etapa serão automaticamente eliminados. - Para a formação de cadastro de candidatos,

				<p>incluindo Ampla Concorrência, Pessoa com Deficiência (PcD) e Autodeclarados Negros (AN), serão convocados para a próxima etapa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampla Concorrência: os 10 (dez) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, respeitada a ordem de classificação por notas, e os empatados nessa posição; - Pessoa com Deficiência: todos os candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição; - Autodeclarados Negros (pretos ou pardos): os 2 (dois) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 2ª posição. Se não houver 2 (dois) candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) aprovados dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de 2 (dois) candidatos. - Após a homologação da classificação final do Processo Seletivo, os candidatos da Ampla Concorrência que não obtiverem pontuação maior ou igual à do 10º candidato aprovado na Prova Escrita serão automaticamente eliminados, o mesmo acontecendo com os candidatos inscritos na condição de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) que forem aprovados na Prova Escrita, além da 2ª colocação. <p>No caso de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos), vide subitens 12.14 e 12.15 do Edital.</p>
PRÁTICA	Eliminatório e classificatório	3	Conforme conteúdo da "Prova Prática".	- Nota mínima 6,00 pontos.
TÍTULOS	Classificatório	1	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	-

CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:

- **Português:**
 - Sistema ortográfico oficial
 - Uso adequado das classes de palavras
 - Formação de palavras
 - A oração - período simples e período composto (coordenação e subordinação)
 - Crase
 - Concordância nominal e verbal
 - Regência nominal e verbal
 - Elementos de estruturação do texto: recursos de coesão
 - Função referencial de pronomes; uso de nexos para estabelecer relações entre segmentos do texto
 - Leitura e interpretação de texto
- **Matemática:** Números relativos inteiros, fracionários, decimais e reais: operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). Expressões numéricas e algébricas. Equações de 1º e 2º graus. Funções. Sistemas de medidas e conversões de unidades de medidas (tempo, distância, área, massa, volume e temperatura). Sistema internacional de unidades. Razões e proporções. Regra de três simples. Sistema monetário brasileiro. Porcentagem e Juros. Geometria plana e espacial. Geometria analítica. Trigonometria do triângulo retângulo.
- **Conhecimentos Específicos:**
 - Sistema Internacional de Unidades; Metrologia; Ajustagem; Conversão de Unidades; Instrumentos de Medição (paquímetros, micrômetros e relógios comparadores) e aferição
 - Tubulação industrial; Meios de ligação de Tubos; Juntas de expansão; Purgadores de vapor; Suportes de tubos; Fluxograma; Desenhos isométricos; Normas; Corrosão; Isolamento Térmico; Válvulas
 - Soldagem; Hidrostática; Eletricidade básica; Circuitos Hidráulicos e Pneumáticos; Noções de Instrumentação e Automação; Equipamentos de processo (bombas, compressores, redutores e motores elétricos); Elementos orgânicos de máquinas (parafusos, acoplamentos, vedações, eixos, chavetas)
 - NR10; NR13; NR33; NR35
 - Diretrizes do Sistema Único de Saúde
 - Ética do Servidor Público
 - Segurança do Paciente e Saúde no Trabalho

CONTEÚDO DA PROVA PRÁTICA:

A prova prática consistirá de algumas das seguintes atividades: confecção de peça mecânica, atividade de serralheria, solda (com eletrodo revestido e/ou TIG) de peça mecânica em aço carbono e/ou aço inoxidável, troca de selo mecânico, rolamento de motobomba, montagem de conjuntos mecânicos.

CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):			
Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	Experiência profissional como Técnico de Manutenção nos últimos cinco (5) anos (*)	0,10 ponto por mês	4,00 pontos
2	Participação em atividades de atualização e/ou certificações, nos últimos cinco (5) anos		6,00 pontos
2.1	Curso na Norma Regulamentadora NR 13 – Segurança na Operação de Caldeiras, carga horária mínima 40 horas	0,50 ponto (máximo 0,50 ponto)	
2.2	Curso na Norma Regulamentadora NR 33 – Espaços Confinados na Modalidades: Supervisor de Entrada, carga horária mínima 40 horas	0,50 ponto (máximo 0,50 ponto)	
2.3	Curso na Norma Regulamentadora NR 33 – Espaços Confinados em uma das Modalidades: Trabalhador e Vigia, carga horária mínima 16 horas	0,50 ponto (máximo 0,50 ponto)	
2.4	Curso na Norma Regulamentadora NR 35 – Trabalho em Altura, carga horária mínima 8 horas	0,50 ponto (máximo 0,50 ponto)	
2.5	Certificados de qualificação de soldador para processo de soldagem ER(eletrodo revestido) posição 6G	2,00 pontos (máximo 2,00 pontos)	
2.6	Certificados de qualificação de soldador para processo de soldagem TIG(Tungsten Inert Gas) posição 6G	2,00 pontos (máximo 2,00 pontos)	
(*) Para comprovação da experiência profissional como Técnico de Manutenção, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.			
Referências Recomendadas			
<p>BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm. Acesso em: 3 jun. 2022.</p> <p>BRASIL. Norma Regulamentadora nº 32. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/norma-regulamentadora-no-32-nr-32. Acesso em: 3 jun. 2022.</p> <p>BRASIL. Norma Regulamentadora nº 10. Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-10.pdf. Acesso em: 3 jun. 2022.</p> <p>BRASIL. Norma Regulamentadora nº 13. Caldeiras, Vasos de Pressão, Tubulações e Tanques Metálicos de Armazenamento. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-13.pdf. Acesso em: 3 jun. 2022.</p> <p>BRASIL. Norma Regulamentadora nº 33. Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-33.pdf. Acesso em: 3 jun. 2022.</p> <p>BRASIL. Norma Regulamentadora nº 35. Trabalho em Altura. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-35.pdf. Acesso em: 3 jun. 2022.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 3 jun. 2022.</p> <p>BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.</p> <p>CEGALLA, D. P. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.</p> <p>CST. Mecânica Metrologia Básica. SENAI - ES, 1996. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso em: 3 jun. 2022.</p> <p>CST. Tubulação industrial e estrutura metálica. SENAI - ES, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu. Acesso em: 3 jun. 2022.</p> <p>DANTE, L. R. Matemática - Volume único. São Paulo: Editora Ática, 2009.</p> <p>DOLCE, O.; POMPEU, J. N. Fundamentos de Matemática Elementar - Volume 9: Geometria Plana. 9. ed. São Paulo: Atual Editora, 2013.</p> <p>DOLCE, O.; POMPEO, J. N. Fundamentos de Matemática Elementar - Vol. 10: Geometria Espacial. 7. ed. São Paulo: Atual Editora, 2013.</p> <p>EEEP. Tecnologia Mecânica - Ajustagem. CE, 2019. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/. Acesso em: 3 jun. 2022.</p> <p>FATEC. PROF. ZATTONI, CC. Materiais para tubulação, Volume I, II, III E IV. SP, 2008. Disponível em: https://docplayer.com.br. Acesso em: 3 jun. 2022.</p> <p>HAZZAN, S.; IEZZI, G.; DEGENSZAJN, D. Fundamentos de Matemática Elementar - Volume 11: Matemática Comercial, Matemática Financeira, Estatística Descritiva. 2. ed. São Paulo: Atual Editora, 2013.</p> <p>IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de Matemática Elementar - Volume 1: Conjuntos – Funções. 5. ed. São Paulo: Atual Editora, 2013.</p> <p>IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar - Volume 3: Trigonometria. 9. ed. São Paulo: Atual Editora, 2019.</p> <p>IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar - Volume 7: Geometria Analítica. 6. ed. São Paulo: Atual Editora, 2019.</p> <p>IFES. PROF. BARBOSA, JP. Elementos de Máquina, ES 2011. Disponível em: http://ftp.demec.ufpr.br/. Acesso em: 3 jun. 2022.</p> <p>EEEP. Mecânica de Máquinas e Equipamentos - CE, 2019. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/. Acesso em: 3 jun. 2022.</p>			

PROCESSO SELETIVO 22 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO III (Técnico de Equipamentos Eletromédicos)

PROVAS	CARÁTER	PESO	COMPOSIÇÃO DA PROVA	CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA E DE TÍTULOS
ESCRITA	Eliminatório e classificatório	6	Constituída de 40 questões objetivas, sendo 5 questões de Português, 5 de Matemática e 30 de Conhecimentos Específicos, valendo 0,25 ponto cada.	<p>- Nota mínima 6,00 pontos;</p> <p>- Os candidatos deverão acertar no mínimo 2 questões de Português e 2 questões de Matemática. Os candidatos que não obtiverem a pontuação mínima estipulada nesta etapa serão automaticamente eliminados.</p> <p>- Para a formação de cadastro de candidatos, incluindo Ampla Concorrência, Pessoa com Deficiência (PcD) e Autodeclarados Negros (AN), serão convocados para a próxima etapa:</p> <p>- Ampla Concorrência: os 15 (quinze) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, respeitada a ordem de classificação por notas, e os empatados nessa posição;</p> <p>- Pessoa com Deficiência: todos os candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição;</p> <p>- Autodeclarados Negros (pretos ou pardos): os 3 (três) primeiros candidatos aprovados na Prova Escrita, inscritos nesta condição, respeitada a ordem de classificação por notas, incluindo-se os empatados na 3ª posição. Se não houver 3 (três) candidatos Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) aprovados dentro do ponto de corte, serão convocados os candidatos abaixo deste ponto até ser atingido o número de 3 (três) candidatos.</p> <p>- Após a homologação da classificação final do Processo Seletivo, os candidatos da Ampla Concorrência que não obtiverem pontuação maior ou igual à do 15º candidato aprovado na Prova Escrita serão automaticamente eliminados, o mesmo acontecendo com os candidatos inscritos na condição de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos) que forem aprovados na Prova Escrita, além da 3ª colocação.</p> <p>No caso de Autodeclarados Negros (pretos ou pardos), vide subitens 12.14 e 12.15 do Edital.</p>
PRÁTICA	Eliminatório e classificatório	3	Conforme conteúdo da "Prova Prática".	- Nota mínima 6,00 pontos.
TÍTULOS	Classificatório	1	Conforme tabela abaixo e subitem 7.16 deste Edital.	

CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA:

- **Português:**
 - Sistema ortográfico oficial
 - Uso adequado das classes de palavras
 - Formação de palavras
 - A oração - período simples e período composto (coordenação e subordinação)
 - Crase
 - Concordância nominal e verbal
 - Regência nominal e verbal
 - Elementos de estruturação do texto: recursos de coesão
 - Função referencial de pronomes; uso de nexos para estabelecer relações entre segmentos do texto
 - Leitura e interpretação de texto
- **Matemática:** Números relativos inteiros, fracionários, decimais e reais: operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). Expressões numéricas e algébricas. Equações de 1º e 2º graus. Funções. Sistemas de medidas e conversões de unidades de medidas (tempo, distância, área, massa, volume e

temperatura). Sistema internacional de unidades. Razões e proporções. Regra de três simples. Sistema monetário brasileiro. Porcentagem e Juros. Geometria plana e espacial. Geometria analítica. Trigonometria do triângulo retângulo.

• **Conhecimentos Específicos:**

- Equipamentos médico-hospitalares e o gerenciamento das manutenções
- Instrumentos de medição de grandezas elétricas
- Sistema Internacional de Medidas
- Análise de Circuitos, em Corrente Contínua e em Corrente Alternada
- Eletrônica Analógica e Digital
- Diretrizes do Sistema Único de Saúde
- Ética do Servidor Público
- Microinformática
- Segurança do Paciente e Saúde no Trabalho
- Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade
- Licitações Públicas

CONTEÚDO DA PROVA PRÁTICA:

A Prova Prática consistirá de duas atividades, no conserto de um defeito simulado em equipamento eletromédico, e na montagem de um circuito eletrônico proposto. Critérios de avaliação: pesquisa do defeito e conserto do equipamento, através da análise de circuitos eletrônicos, identificação de componentes, operação de equipamentos de teste de medição, montagem de circuitos eletrônicos e habilidade em solda.

CONTEÚDO DA PROVA DE TÍTULOS (comprovação conforme subitem 7.16 do Edital):

Nº do item	Títulos	Pontuação	Valor Máximo
1	Experiência profissional como Técnico de Manutenção, nos últimos cinco (5) anos (*)		6,00 pontos
1.1	Em Equipamentos Eletromédicos	0,10 ponto por mês	
1.2	Como Técnico de Eletrônica ou Eletroeletrônica	0,05 ponto por mês	
2	Participação em atividades de atualização na área de Eletrônica, nos últimos cinco (5) anos		4,00 pontos
2.1	Carga horária acima de 40 horas	0,50 ponto por atividade (máximo 2,50 pontos)	
2.2	Carga horária de 16 a 40 horas	0,25 ponto por atividade (máximo 1,50 ponto)	

(*) Para comprovação da experiência profissional como Técnico de Manutenção, o candidato deverá apresentar declaração da empresa constando o nome do cargo, função, atividades, além do período trabalhado, conforme subitem 7.16.8, alínea k do Edital.

Referências Recomendadas

AMORIM JR., R. P. F. **Informática Para Concursos em Saúde**. Salvador. 1. ed. Editora Sanar, 2020.

BALBINOT, A.; BRUSAMARELLO, V. J. **Instrumentação e Fundamentos de Medidas**. Rio de Janeiro. 3. ed. editora LTC, 2019. v. 1

BALBINOT, A.; BRUSAMARELLO, V. J. **Instrumentação e Fundamentos de Medidas**. Rio de Janeiro. 3. ed. editora LTC, 2019. v. 2.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm. Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Norma Regulamentadora nº 32**. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Norma Regulamentadora nº10**. Segurança de instalações e serviços em eletricidade. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-10.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994**. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. **Vocabulário Internacional de Metrologia**. Conceitos fundamentais e gerais e termos associados. Disponível em: http://www.inmetro.gov.br/inovacao/publicacoes/vim_2012.pdf. Acesso em: 2 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016**. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/13303.htm. Acesso em: 2 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Equipamentos médico-hospitalares e o gerenciamento da manutenção**. Capacitação a distância. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/equipamentos_gerenciamento1.pdf e https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/equipamentos_gerenciamento2.pdf. Acesso em: 2 jun. 2022.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

CEGALLA, D. P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

DANTE, L. R. **Matemática** - Volume único. São Paulo: Editora Ática, 2009.

DOLCE, O.; POMPEU, J. N. **Fundamentos de Matemática Elementar** - Volume 9: Geometria Plana. 9. ed. São Paulo: Atual Editora, 2013.

DOLCE, O.; POMPEU, J. N. **Fundamentos de Matemática Elementar** - Vol. 10 - Geometria Espacial. 7. ed. São Paulo: Atual Editora, 2013.

HAZZAN, S.; IEZZI, G.; DEGENSZAJN, D. **Fundamentos de Matemática Elementar** - Volume 11: Matemática Comercial, Matemática Financeira, Estatística Descritiva. 2.ed. São Paulo: Atual Editora, 2013.

IEZZI, G.; MURAKAMI, C. **Fundamentos de Matemática Elementar** - Volume 1: Conjuntos – Funções. 5. ed. São Paulo: Atual Editora, 2013.

IEZZI, G. **Fundamentos de Matemática Elementar** - Volume 3: Trigonometria. 9. ed. São Paulo: Atual Editora, 2019.

IEZZI, G. **Fundamentos de Matemática Elementar** - Volume 7: Geometria Analítica. 6. ed. São Paulo: Atual Editora, 2019.

MALVINO, A. P.; BATES, D. J. **Eletrônica**. Porto Alegre. 8. ed. Editora AMGH, 2016. v. 1.

MALVINO, A. P.; BATES, D. J. **Eletrônica**. Porto Alegre. 8. ed. Editora AMGH, 2016. v. 2.

O'MALLEY, J. **Análise de Circuitos**. Porto Alegre. 2. ed. Editora Bookman, 2014.

TOCCI, R. J.; WIDMER, N. S.; MOSS G. L. **Sistemas Digitais**. Princípios e Aplicações. São Paulo, 12. ed. Editora Pearson, 2018 r. 2021.

COSTA-FÉLIX, R. P. B. **Equipamentos Eletromédicos**: Requisitos da série de normas técnicas ABNT NBR IEC 60601. Rio de Janeiro. Editora Brasport, 2018.

Porto Alegre, 22 de julho de 2022.

Prof.^a Helena Ayako Sueno Goldani,
Coordenador da Comissão de Seleção.

ANEXO I

Requerimento específico para candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência (PcD)

Edital nº 03/2022 - HCPA

Processo Seletivo: _____

_____,
(Nome do Candidato)

_____,
(nº de Inscrição)

vem **REQUERER** sua inscrição, como **CANDIDATO NA CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, apresentando o **ATESTADO MÉDICO** com CID (preencher os dados abaixo, com base no laudo).

a) Tipo de deficiência: _____

b) Código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID: _____

c) Nome e CRM do Médico Responsável pelo Atestado: _____

(OBS.: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres)

O candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência, aprovado na Prova Escrita, deverá enviar, **obrigatoriamente**, para o endereço eletrônico faurgs.concursosdocumentos@ufrgs.br, no prazo a ser divulgado posteriormente no site da FAURGS, o **Atestado Médico digitalizado**, comprovando a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID. Este deverá conter ainda, obrigatoriamente, o nome, a assinatura, a data e o número do CRM do Médico, com a indicação da provável causa da deficiência, emitido com data a contar de 25/07/2021.

Informações para a aplicação das PROVAS (marcar com X o local apropriado):

() **NÃO NECESSITO** DE ATENDIMENTO ESPECIAL

() **NECESSITO** DE ATENDIMENTO ESPECIAL (assinalar abaixo o atendimento necessário)

- () Auxílio para preenchimento da Folha de Respostas (Folha Óptica)
- () Braille
- () Intérprete de Libras
- () Ledor
- () Prova ampliada (especificar tamanho da fonte)
- () Fácil acesso ou sala térrea
- () Tempo adicional (conforme subitem 4.6.8)
- () Outros tipos de atendimento especial (descrever abaixo e justificar)

OBS.: É obrigatório anexar a este requerimento preenchido, o **ATESTADO MÉDICO** com CID e o Documento de Identificação e CPF, digitalizados.

Data: ____/____/____

Assinatura do(a) Candidato(a): _____

ANEXO II

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVA

Edital nº 03/2022 - HCPA

Processo Seletivo: _____

_____,
(Nome do Candidato)

_____,
(nº de Inscrição)

vem **REQUERER** atendimento e/ou condição especial para a realização das provas, enviando o **Atestado Médico, digitalizado**, que comprova o tipo de necessidade, bem como as condições diferenciadas de que necessita (preencher os dados abaixo, com base no atestado).

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID: _____

Nome e CRM do Médico Responsável pelo Atestado: _____

Obs.: O candidato que necessite de algum atendimento e/ou condição especial para a realização da prova deverá preencher esta solicitação e enviá-la até 22/08/2022 ao Setor de Concursos - FAURGS, para o endereço eletrônico faurgs.concursosdocumentos@ufrgs.br, anexando cópia digitalizada de Atestado Médico que comprove o tipo de necessidade, bem como as condições diferenciadas de que necessite, para que sejam tomadas as providências necessárias. No campo "Assunto" do endereço eletrônico, o candidato deverá inserir seu nome completo e número da inscrição.

As solicitações de atendimento e/ou condição especial para a realização da prova serão avaliadas e autorizadas pela FAURGS, levando em consideração as possibilidades, a razoabilidade do pedido e as disposições deste Edital. O candidato que solicitar atendimento e/ou condição especial para a realização da prova deverá verificar a resposta de seu pedido, bem como o tipo de atendimento concedido, no site da FAURGS.

Marque abaixo o atendimento necessário:

- Amamentação
- Auxílio para preenchimento da Folha de Respostas (Folha Óptica)
- Braille
- Intérprete de Libras
- Ledor
- Prova ampliada (especificar tamanho da fonte)
- Fácil acesso ou sala térrea
- Tempo adicional (conforme subitem 4.6.8)
- Outros tipos de atendimento especial (descrever abaixo e justificar)

Atenção: É obrigatório enviar o **Atestado Médico juntamente com este requerimento.**

Data: ____/____/____

Assinatura do(a) Candidato(a): _____

